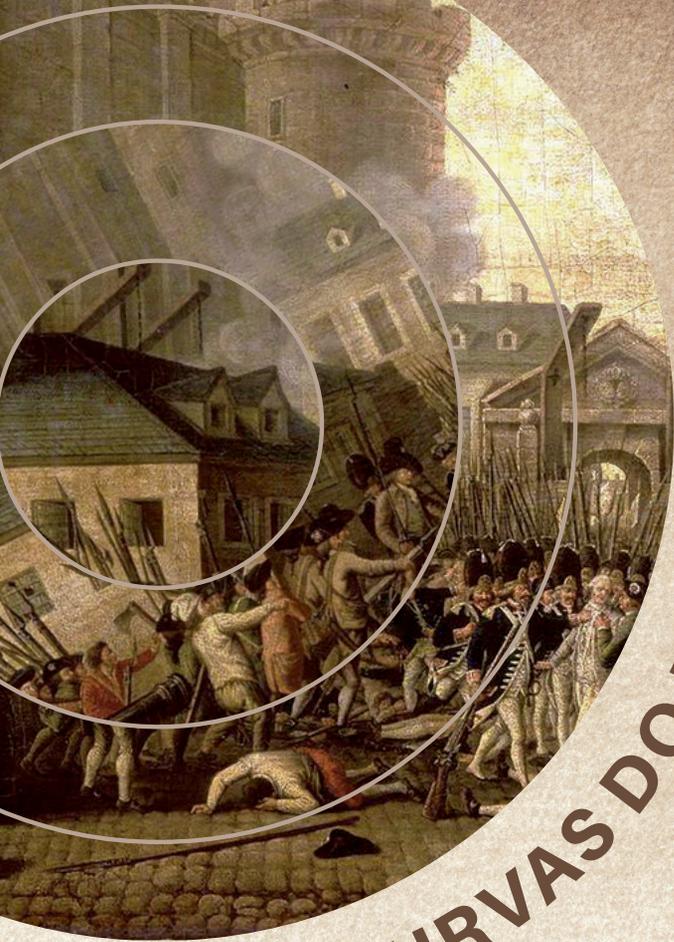
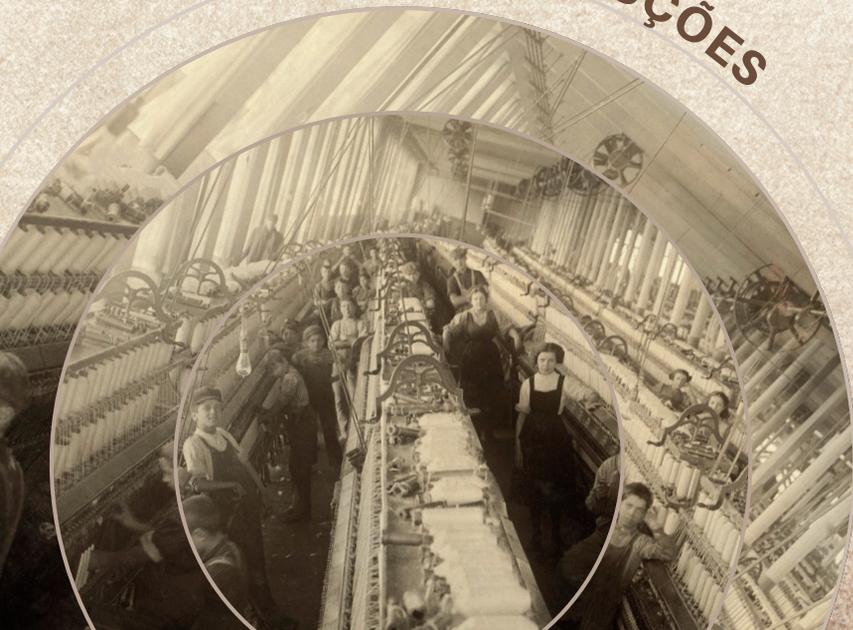


Liliane Feitoza  
Salviano Feitoza

# NAS CURVAS DO FUTURO



# UTOPIAS E REVOLUÇÕES



# Nas Curvas do Futuro

Liliane Feitoza  
Salviano Feitoza

# Nas Curvas do Futuro

Liliane Feitoza  
Salviano Feitoza

**Editor:** Lécio Cordeiro

**Revisão de texto:** Suélen Franco

**Capa:** Sophia Karla

**Projeto gráfico:** Allegro Digital

**Editoração eletrônica, pesquisa iconográfica e infografia:** Allegro Digital

**Coordenação Editorial:**



Avenida Doutor Rinaldo de Pinho Alves, 2680

CEP: 53411-000 - Paratibe - Paulista/PE

Fone: (81) 3447.1178

CNPJ: 14.605.341/0001-03

Acreditando no futuro do Brasil

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos das fotos, ilustrações e dos textos contidos neste livro. A Editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

Para fins didáticos, os textos contidos neste livro receberam, sempre que oportuno e sem prejudicar seu sentido original, uma nova pontuação.

F311m Feitoza, Liliane  
Nas curvas do futuro / Liliane Feitoza, Salviano  
Feitoza. – Recife : Prazer de Ler, 2018.  
64p. : il.

1. REVOLUÇÕES – HISTÓRIA. 2. UTOPIAS. 3. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. 4. FRANÇA – HISTÓRIA – REVOLUÇÃO. 5. EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – TESTES E EXERCÍCIOS. I. Feitoza, Salviano. II. Título.

CDU 323.27  
CDD 303.64

PeR – BPE 18-11

ISBN: 978-85-8168-651-6

Impresso no Brasil

As palavras destacadas de amarelo ao longo do livro sofreram modificações com o novo Acordo Ortográfico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

# Apresentação

O futuro sempre fascinou a humanidade. Previsões, oráculos, leitura de cartas, das linhas das mãos, bolas de cristal, conversas com divindades, borra de café no fundo da xícara são alguns exemplos dessa fascinação, ao mesmo tempo também são uma angústia diante da incerteza, do que não se sabe se virá. É como se o futuro fosse a curva que na estrada nos impede de saber o que tem além do que a vista pode ver.

Para lidar com essas curvas, planejamos, projetamos, buscamos alguma forma de controlar o que não tem como decifrar até que aconteça. E, mesmo assim, às vezes a mudança nos pega de surpresa: é a revolução! Mas nenhuma mudança acontece do nada: toda revolução parte de uma ideia, de um desejo de transformação de si e do mundo onde se vive. Algumas vezes o que se quer está além do que se parece poder alcançar. Este além é a utopia.

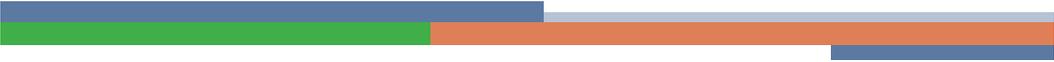
Utopias se tornam a cabeça e o coração. São o combustível que aquece o motor e também que causa explosões violentas. Utopias e revoluções compõem a matéria de sonhos sobre o futuro, sonhos de sociedades melhores, com pessoas melhores, vivendo em melhores condições. Toda vida presente já foi utopia antes. Toda revolução teve como embrião uma ideia. É sobre essa matéria que compõe sonhos que este livro abordará. Para onde levará, é questões de até onde a vista pode alcançar antes de chegarem as curvas do futuro.

E elas estão a te esperar. Vamos?



*Lamartine em frente à prefeitura de Paris em 25 de fevereiro de 1848 recusa a bandeira vermelha*, de Henri Félix Emmanuel Philippoteaux, século XIX.

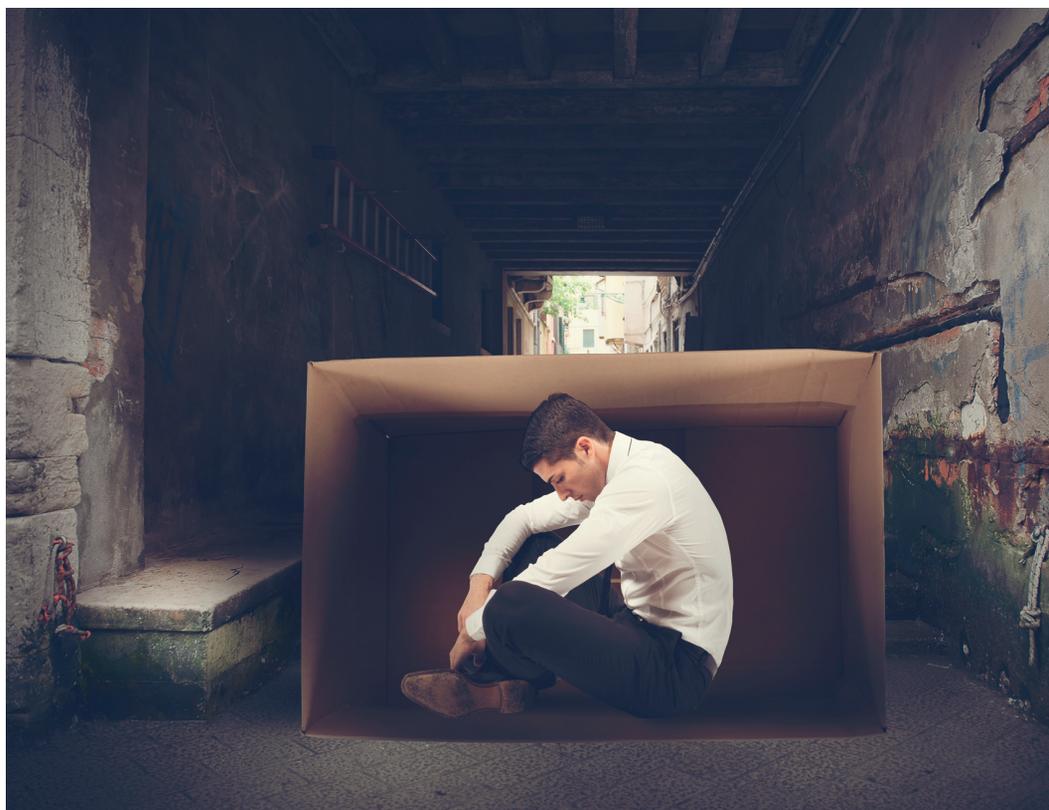
# Sumário



Começo de conversa .....	5
<b>Capítulo 1</b>	
<b>O que são utopias e revoluções?.....</b>	<b>8</b>
Reflexão .....	11
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Revolução Industrial: as máquinas estão chegando.....</b>	<b>12</b>
• Conceitos importantes .....	13
• Por que foi tão revolucionário? .....	16
• Ciência, tecnologia e utopia.....	19
• Impactos da Revolução Industrial .....	23
Reflexão .....	24
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Revolução Francesa ou a burguesia finalmente no comando.....</b>	<b>28</b>
• Antecedentes ou como tudo começou .....	29
Reflexão .....	36
<b>Capítulo 4</b>	
<b>A revolução começou .....</b>	<b>40</b>
Reflexão .....	44
<b>Capítulo 5</b>	
<b>Terror ou quando a política encontra o medo .....</b>	<b>48</b>
• Por que foi tão revolucionária? .....	51
• Contradições .....	54
• E o legado?.....	56
Reflexão .....	58
O fim e o recomeço .....	63

# Começo de conversa

Quem nunca se perguntou sobre o futuro? Provavelmente não há uma pessoa sequer no mundo que não tenha se questionado sobre o que fazer nos minutos seguintes, nas horas que ainda se tem pela frente até aquela prova escolar e mesmo para as férias que se aproximam. Mulheres grávidas se perguntam como será a criança que vai nascer, estudantes se perguntam se o professor vai lembrar da atividade que pediu para a turma, e adultos se questionam se, diante de uma crise econômica, terão emprego nos próximos meses.



Essas incertezas sobre o futuro estão presentes em vários momentos da história da humanidade e parecem mesmo fazer parte dela como algo próprio, algo inerente aos seres humanos. A história registra uma quantidade incrível de exemplos que mostram o futuro como preocupação humana na hora de tomar decisões que afetaram diretamente a vida de centenas de pessoas, de milhares de vidas. E este é o mesmo futuro, ou a mesma preocupação com o futuro, que é usado como justificativa para não tomar decisões igualmente importantes para muitas pessoas.



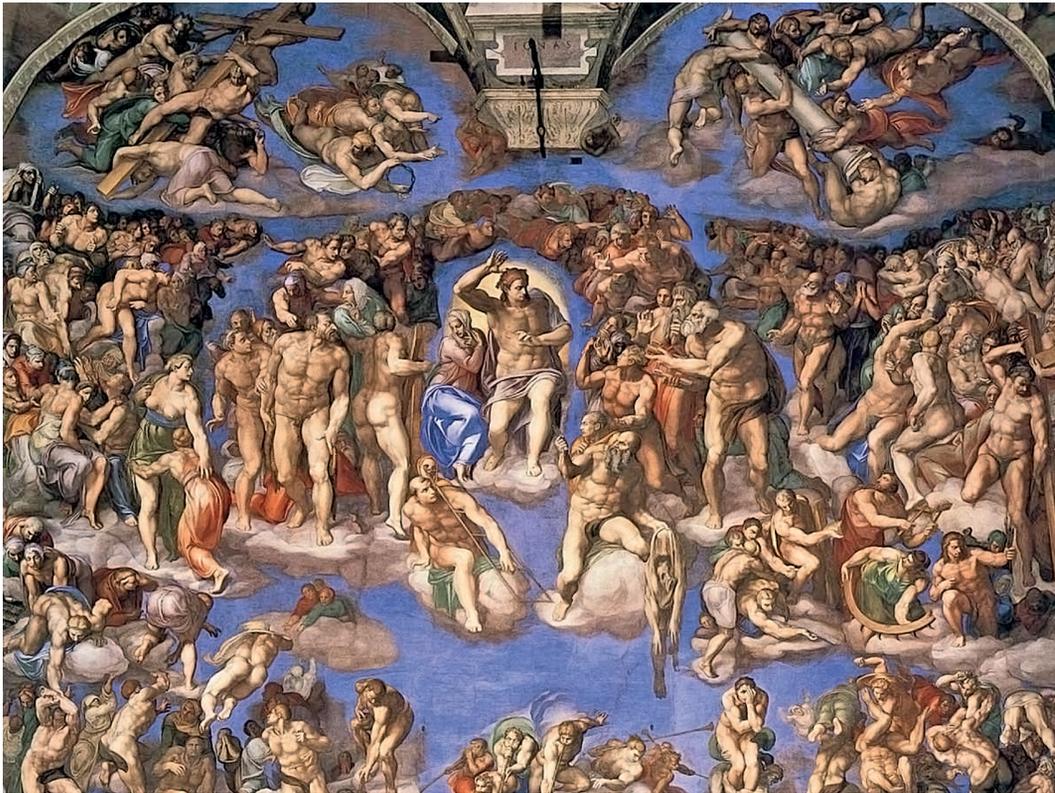
A incerteza diante do que virá e a insegurança com o depois renderam importantes contribuições, tanto materiais quanto não materiais. A cultura humana produzida a partir da tentativa de controlar o que não se controla, de antever o invisível, de moldar o que não tem forma é incomensurável do ponto de vista qualitativo, ao mesmo tempo que materialmente pode ter rendido danos igualmente grandiosos. Em nome de um futuro melhor, vidas foram extintas a partir de **ideias** que impulsionaram atos de violência extrema. Nessa mesma linha de raciocínio, por outro lado muitos projetos são levados adiante e muitas vidas podem ser vividas.

Aqui é importante ter em mente algo fundamental: devem-se evitar, logo de início, os julgamentos de valor sobre o que foi feito, sobre as repercussões dos atos humanos. Não se trata aqui de aceitar crueldades, genocídios, como “algo normal”, que tem relação com o que acreditavam na época do que aconteceu. Trata-se de uma atitude mais benéfica para o estudo das ações humanas no tempo: entender o que levou pessoas a desafiar a ordem vigente e proporem algo novo e acreditarem que o caminho que apontaram era o melhor para todas e todos. O julgamento de certo ou errado deve ser deixado de lado em nome de algo maior, e essa atitude não vai amortizar ou mesmo encobrir os atos cruéis que foram engendrados noutras épocas, pois o que vai proporcionar é a possível resposta para uma pergunta fundamental para a História: o que nos motiva?



*Delegação de polícia em Nápoles, Itália, durante uma revolta. Cada fato acontecido na História deve ser analisado de acordo com o contexto político e social da época em que aconteceu. Muitas vezes, certos regimes políticos só puderam ser mudados ou aperfeiçoados por meio de revoltas populares.*





O dia do Juízo Final, de Michelangelo Buonarroti, século XVI. Revolução não é só um acontecimento violento. Pode haver revoluções pacíficas, como o Renascimento, que trouxe de volta a cultura greco-romana e a ciência sem a interferência da religião.

As motivações, o que nos leva a agir, são as forças que nos movem rumo àquilo que buscamos atingir. Podem ser traduzidas em metas, quantificando, de forma objetiva, os passos que precisamos dar rumo a nossos projetos. Algumas **ideias** produziram situações e produtos, ambos ligados ao cotidiano, mas produziram também mudanças intensas e profundas, transformações radicais. **Revolução** é o termo usado quando estamos diante de uma transformação radical tão profunda que altera a vida e os pensamentos de sociedades inteiras.

Neste livro, nós trataremos de situações de mudanças como essas, que geraram impacto não apenas no momento em que aconteceram, mas ecoaram nos dias, meses, anos e séculos posteriores. Trataremos de revoluções.

E, quando se trata de revoluções, não podemos deixar de lado que as ações humanas têm um fundamento, uma ideia que cativa, que mexe com sentimentos, que altera consciências. Sem ideias, sem teorias, as mudanças do nível de uma revolução dificilmente conseguiriam adeptos. É preciso acreditar em algo que leve a ações pessoas que estão insatisfeitas com o presente que elas têm. Ideias que sirvam como bússola para guiar todas e todos na rota da transformação. Essas ideias transformadoras tiveram, ao longo do tempo, muitos nomes, porém nenhum deles carrega um potencial tão transformador quanto a **utopia**. E aqui começamos nossa jornada.





Reprodução

A Revolução de 1830 na Bélgica, de Baron Wappers Gustaf, século XIX.

1

## O que são utopias e revoluções?

Ao tratarmos de utopias, devemos ter em mente que entramos no mundo de uma controvérsia quase sem fim. Pensar sobre utopias é pensar sobre o que não foi definido precisamente, de forma a não existirem contradições. A origem recente da palavra, quando comparada com outras de nosso vocabulário, também contribui para essa dificuldade. Quando se estuda a utopia, pode-se caminhar por algumas das seguintes possibilidades:

● Pode-se estudar o pensamento utópico, ou seja, as **ideias** que representavam — e ainda representam em grande medida — uma busca por melhores condições de vida, de existência humana. Nesse caso, trataremos das ideias que direcionam a atenção para um mundo melhor, diferente do que se vive. Ainda não





temos uma ação direta para transformação do que se tem, mas apenas a idealização de um outro mundo, de uma outra vida, de um outro lugar.

● A organização de comunidades, de sociedades aperfeiçoadas. Tem-se a utopia política, nesse momento, sendo colocada em prática. É quando pessoas se reúnem e decidem viver afastadas da sociedade, considerada sem sentido e opressora, além de limitadora das potencialidades humanas. Esse afastamento não é necessariamente físico, como ir para algum lugar deserto, embora também possa ser dessa natureza.

● Utopias podem ser vistas como sonhos, e esta é a visão mais comum quando se trata do termo. Tratar utopias como sonhos é adentrar no campo do que é considerado impossível, do que nunca será atingido não importa o quanto se esforce, assumindo que a realidade é imutável.

● Pode ser também uma realização muito pequena, que, quando analisada com maior profundidade, mostra-se como sem sentido, por assim dizer, banal.

Utopias não são, entretanto, o domínio do impossível ou mesmo do banal. A organização de comunidades demonstra isso. No momento em que se pensa algo, que se deseja realizar esse projeto, a utopia ali se configura no espaço entre a possibilidade e a impossibilidade. Mesmo que esteja apoiada no desejo da perfeição, o que a utopia revela é o campo da potencialidade de ação.

São as coisas que podemos fazer, são as possibilidades de realização que estão presentes em todas as formas de avanço. Tudo o que hoje é foi potencial em outro momento e, embora não tenha se tornado o que foi projetado, deve-se ter em mente que utopias são o guia de uma busca cujo ponto final é o aperfeiçoamento da condição humana.

Revoluções, porém, não acontecem de uma hora para outra. São fruto de um processo lento, demorado, por assim dizer a conta-gotas. Os processos revolucionários são gestados a partir de condições específicas e próprias de um período histórico. Aqui, **histórico** no sentido de ligado ao momento em que se vive, momento em que a situação ocorreu. Isso diz para nós, mais uma vez, que não devemos atribuir juízos de valor ao que ocorreu tendo como ponto de partida as **ideias** de nosso contexto.

As ideias de cada época são produtos das formas, do jeito como as pessoas de determinado tempo **veem** a si e ao mundo. São, por extensão, mais uma fonte para se entenderem as ações humanas no tempo e no espaço. Assim, as revoluções devem ser estudadas e compreendidas como elas aconteceram e como repercutiram em seus locais e fora deles.

Sobre as repercussões de uma revolução, o que ela proporciona, ou seja, suas **consequências**, temos muitas contradições e debates. No senso comum, a palavra **revolução** tem um



sentido, muitas vezes, ruim. Desordem, perigo e medo (em situações extremas, terror) são aspectos e sentimentos que compõem o quadro de um movimento revolucionário. Amplia-se, dessa forma, uma **ideia** muito comum e presente de que revoluções são ruins, destrutivas, acabam com a paz e a ordem de uma sociedade.

É nesse momento que a situação se torna mais instigante: não se deve pensar em revoluções a partir de adjetivações como boa, má, positiva, negativa, etc. Por mais que vejamos aspectos ruins e aspectos bons, devemos ter em mente que a ideia de uma revolução como sendo positiva ou negativa tem relação direta com o local social de quem está sofrendo as repercussões desse acontecimento.

Pense na seguinte situação: temos um país cujo governo é realizado a partir de uma administração autoritária que não permite reivindicações ou mesmo protesto de qualquer natureza contra quem governa. Imagine que lentamente um processo de organização do povo daquele país começa a elaborar um plano detalhado para retirar o governante autoritário e garantir, dessa forma, a liberdade de organização, participação e protesto.

Imagine que o processo seja iniciado e comece uma verdadeira guerra entre os grupos sociais que desejavam o fim do governo e os grupos sociais que não queriam que a mudança, a revolução, ocorresse. Qual lado é o bom? Qual lado é o ruim? A resposta, aparentemente surpreendente, é **nenhum deles!** Isso mesmo: nenhum deles, pois tudo depende do local social a partir do qual se está olhando e atuando no processo revolucionário e até sofrendo suas repercussões, suas consequências.

Acompanhe: para quem desejava participar ativamente da tomada de decisões, saber o que estava sendo feito pelo governante e quem trabalha para ele, a revolução vai ser vista como algo positivo, pois acabou com a estrutura e com a organização sociais que não permitiam o ato de protestar e mesmo saber o que estava sendo feito. Entretanto, para quem administrava o Estado ao lado do governante, sendo privilegiado pela estrutura de poder que garantia para si a manutenção de seus direitos, a revolução pode ser vista e sofrida como uma violência sem tamanho e um mal que deve ser extirpado.

Entenda, então, que processos revolucionários não devem ser caracterizados como bons ou ruins, mas a partir do que efetivamente são: contraditórios. Afirmar que uma revolução é contraditória é dizer que existem aspectos que aparentam ser positivos, mas que, quando se olha para eles com mais atenção, não se apresentam dessa forma. O grande desafio é lidar com as revoluções na história da humanidade como um acontecimento que tem aspectos peculiares, aspectos que uma simples caracterização entre bem e mal limitam e empobrecem o que realmente a revolução foi: uma transformação profunda da ordem social e também das formas de pensar e agir de uma grande quantidade de pessoas em uma determinada época e que reverberou daquele instante em diante em outros espaços e tempos.

Muitas vezes, pensa-se nas revoluções a partir do que se tem de registros sobre o momento. Poucas vezes, no entanto, pensa-se uma revolução a partir de quem as registrou, ou seja, de quem tomou notas, escreveu sobre e, inclusive, tenha pintado quadros sobre elas. Não se está



falando de quem escreveu, registrou e pintou. A pergunta é: a qual grupo social pertence a pessoa ou as pessoas que registraram a revolução? Esse questionamento permite problematizar os juízos de valor sobre os processos revolucionários, pois, dependendo do grupo social, podemos ter fontes de pesquisa que direcionam o olhar para engradecer ou para depreciar as ações revolucionárias.

É importante que se tenha em mente também que é praticamente impossível não elaborar juízos de valor sobre algum acontecimento, pois somos produto do momento histórico em que nascemos. O que se importa frisar é que não julgemos um acontecimento tendo como base o que pensamos e sentimos em nossa época. Esse tipo de julgamento restringe, limita e nos impede de ver o passado, as ações humanas, em outras épocas e espaços, com a riqueza e a diversidade que lhes são inerentes.

Durante os processos revolucionários, muitas pessoas foram mortas, muitas pessoas mataram e cometeram uma diversidade de crimes, mas também, nessa mesma situação de revolução, atos de grandeza, que engradeceriam quem os visse, foram praticados. Como caracterizaríamos, então, os processos revolucionários? Talvez uma possível resposta seria “depende”. Depende de quando aconteceu, do local, das pessoas envolvidas. A depender dessas possibilidades e da nossa visão de mundo, das ideologias que compõem nossas formas de pensamento e de ação, poderemos aceitar mais ou aceitar menos o que aconteceu.

Uma revolução é a abertura para o novo, e o novo está no futuro. Revoluções seriam, por essa perspectiva, a abertura para o futuro, que inevitavelmente vem. São irrefreáveis, o que dá uma dimensão trágica aos acontecimentos designados como revolucionários e, nesse sentido, aproxima-se da forma de pensar dos antigos, que usavam a palavra para se referir ao movimento dos astros, os quais obedecem a leis superiores e são indiferentes ao que fazemos, consciente ou inconscientemente.

## Reflexão

1 Analise os conceitos de **utopia** e **revolução**.

---

---

---

---

---

---





Reprodução

Fábrica Bethlehem Steel, de Joseph Pennell, século XIX.

# 2

## Revolução Industrial: as máquinas estão chegando

A Revolução Industrial é parte dessa conjuntura chamada de **Era das Revoluções**. Como vimos anteriormente, esse período foi marcado por mudanças tão intensas e profundas que repercutiram em outros locais por séculos seguintes, chegando aos nossos dias.

Ao tratarmos da Revolução Industrial, entretanto, diferentemente das Revoluções Americana e Francesa, não temos uma data específica nem alguém que possa ser considerado o responsável pelas mudanças no mundo da produção de bens, da prestação de serviços e mesmo do trabalho, do lazer e da cultura.

**Revolução Industrial** é o termo utilizado para fazer referência ao conjunto de processos que alteraram radicalmente o modo de produção e, quando se trata desse tipo de mudança, também



se está tratando de alteração no ritmo de trabalho — o que implica mudança na forma de administrar o tempo. Quando se altera a forma de administrar o tempo, as práticas de lazer também são alteradas, e o descanso também ganha outras características.

Imagine, para entender ainda mais o que aconteceu, alguém que atira uma pedra em um lago e, a partir do local onde a pedra caiu, uma série de ondas reverberam, espalhando-se pela superfície do lago, acabando com a uniformidade do espelho-d'água. O ponto de impacto é o conjunto de processos denominado **Revolução Industrial**, e as ondas são as repercussões nos diversos âmbitos da vida social.

Até aquele momento, a história da humanidade, no que diz respeito ao mundo da produção, não tinha passado por tão expressiva mudança. E, para que possamos compreender ainda mais o que aconteceu, é crucial termos em mente alguns conceitos, como **trabalho** e **modo de produção**.



Reprodução

*Outono*, iluminura do *Tacuinum sanitatis* (livro medieval sobre o bem-estar), século XIV. Até a Revolução Industrial, a produção era feita de modo quase artesanal e, como muitas vezes era destinada somente a determinada região ou a um feudo, não era necessário realizá-la em larga escala.

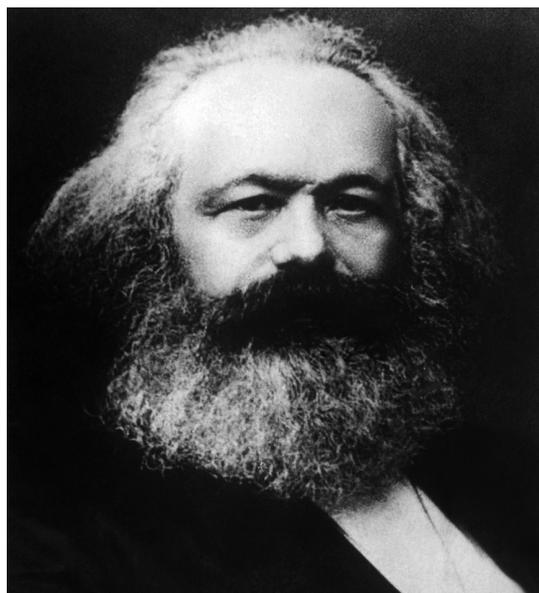
## Conceitos importantes

Vamos começar entendendo que **trabalho** é a atividade humana que produz alterações na natureza, no ambiente. Ao tratarmos de trabalho, é crucial considerar que apenas a espécie humana realiza trabalho, pois o impacto que é causado na natureza tem efeitos oriundos do contexto histórico de quem agiu.



Foi Karl Marx um dos pensadores que deu grande contribuição teórica tanto para pensar o trabalho como para pensar os modos de produção.

Cada época tem necessidades e interesses que lhes são específicos, ou seja, aquilo de que se precisava para sobreviver no século XV pode não ser mais necessário no momento em que vivemos, no século XXI. É importante entender que o que demandamos hoje poderia não ser necessário anos e mesmo séculos antes (pode inclusive sequer ter sido pensado), então a produção de bens é histórica, ou seja, depende do contexto do qual se observa, estuda-se, aborda-se.



Com inegável contribuição para a economia, principalmente sobre a teoria do valor econômico, Karl Marx também escreveu sobre História, Filosofia e Sociologia. Sua principal obra é *O capital*.

O **modo de produção** é, então, a maneira específica com a qual uma sociedade, em uma determinada época histórica, produz sua sobrevivência. Se é histórica, é relacionada com aquilo de que se necessita, e cada época tem suas necessidades e seus interesses, que são tão diversos quanto são os indivíduos que nela existem.

A partir da periodização histórica, podem-se dividir os modos de produção em **comunal primitivo, asiático, escravista, feudal e capitalista**. Essa divisão é didática e contribui para que possamos compreender, nos contextos históricos, as necessidades gerais de cada época.

O modo de produção comunal primitivo é aquele caracterizado pela inexistência da propriedade privada como a conhecemos hoje. O trabalho era realizado através de uma divisão entre homens e mulheres.

Com a criação da propriedade privada e do comércio e com o sedentarismo acarretado pelo uso da produção agrícola e próxima a rios, foi desenvolvida uma rotina de trabalho compulsória (mas ainda não escravista) relacionada diretamente à irrigação das plantações que garantiam a sobrevivência de cidades inteiras. A utilização de **mão de obra** escravizada era feita para atividades específicas, e o excedente produzido era comercializado.

**Modo de produção** é a forma com a qual uma sociedade produz os bens que acredita serem necessários para sua perpetuação, para sua reprodução e prestações de serviços importantes para seus membros.



No período designado como Antiguidade Clássica, teremos a utilização de **mão de obra** escravizada em uma escala bem maior e para atividades mais cotidianas. É importante lembrar que o destaque maior é dado a cidades como Atenas e Esparta, mas outras cidades em outros locais também faziam uso desse modelo de produção, isto é, da exploração do trabalho do outro.



Os escravos no mercado, de Gustave Boulanger, século XIX. Como eram utilizados para diversos fins, os escravos na Antiguidade Clássica independiam de idade, sexo ou etnia. Acima, vemos a representação de um mercado de escravos na Roma Antiga.

A situação é mais uma vez alterada, e o modo de produção feudal, que geralmente é lembrado pelos castelos, pelas vilas e batalhas de cavaleiros, vai substituindo lentamente o modo de produção escravista. O uso e a propriedade da terra caracterizaram esse modo de produção. Relações baseadas na reciprocidade obrigatória e desigual foram estabelecidas, e o comércio, que era praticado em larga medida, não acabou, mas foi drasticamente reduzido em sua prática monetarizada.

À medida que a situação de insegurança, criada a partir da desagregação do Império Romano do Ocidente, foi passando e as atividades comerciais foram sendo retomadas e se dinamizando com o crescimento populacional, não ocorreu uma substituição imediata e total do modo de produção feudal. A Idade Moderna foi marcada por uma transição política, econômica, social, cultural e mesmo religiosa. Nessa conjuntura, temos uma mescla do modo de produção feudal com o que seria o embrião do modo de produção capitalista. Não era totalmente feudal nem era capitalista da forma como se define hoje. Foi apenas com o conjunto de processos designado como **Revolução Industrial** que esta última forma de produzir bens teve impulso para se consolidar.



O que diferencia o modo de produção capitalista dos seus antecessores é o fato de que este, mais do que uma forma de produzir bens e fazê-los circular, é também uma forma de sociedade. No que diz respeito à economia, a produção generalizada de bens, de mercadorias é a característica que se destaca. Nos modos de produção anteriores, seja o escravizado, seja o trabalhador nas terras feudais, não havia pagamento pelo trabalho que era exercido. A atividade remunerada através de salários era muito rara, enquanto, a partir da Revolução Industrial, a remuneração pela jornada de trabalho tornou-se a regra.



Fabricação de linho irlandês, século XVIII. A partir da Revolução Industrial, os trabalhadores começaram a receber uma remuneração pela sua jornada de trabalho, que, muitas vezes, chegava a 18 horas por dia. Mulheres e crianças recebiam menos do que os homens.

## Por que foi tão revolucionário?

O que fez o modo de produção capitalista tão revolucionário foi que, antes dele, o trabalho que era investido na produção de bens não tinha um valor monetário estabelecido, ou seja, não era uma mercadoria. Atribui-se um valor para mercadorias para que se possa ser dono delas. Você paga para adquirir uma calça, uma cadeira, um aparelho telefônico, uma bola ou um *videogame*. Agora tenha em mente que o mesmo ato de pagar para levar para casa um par de sapatos vai ser realizado para que alguém, por exemplo, costure blusas, produza panelas, confeccione sapatos, etc. O que passou a ser feito foi a compra e a venda do trabalho para a produção dos bens, que começou a ser regida pelo mercado, e este se caracteriza por relações econômicas, todas elas, monetarizadas.

Pense em uma pessoa que confecciona roupas. Pois bem, essa pessoa é dona do local em que trabalha (provavelmente a própria casa), tem agulhas, linhas, tecidos e tudo mais que for necessário para a produção das peças que ela vende à medida que



é procurada por gente interessada no que ela produz. Essa pessoa é dona dos meios de produção, sendo estes tudo que é empregado para a confecção das peças, desde a estrutura física até a matéria-prima utilizada.

O que a Revolução Industrial implementou foi a separação entre meios de produção e força de trabalho. Antes, a costureira era, ao mesmo tempo, dona dos meios de produção e da força de trabalho. Com o advento do modo de produção capitalista, ela passou a trabalhar em uma fábrica de confecções, onde vende sua força de trabalho por um determinado valor, o salário, e o produto do trabalho torna-se propriedade do dono da fábrica de confecções. O dono faz acordos para a circulação do que foi produzido, para a venda, e a costureira, ao final da jornada de trabalho, recebe o salário.



Oficina têxtil doméstica, Grã-Bretanha. Antes da Revolução Industrial, os trabalhadores eram donos do seu próprio maquinário para produzir. Na imagem, podemos ver uma pequena tecelagem doméstica.

É importante que se faça uma observação sobre a situação descrita: ainda hoje, essa relação de trabalho é praticada com muitas semelhanças e, em algumas situações, da mesma forma que no contexto dos séculos XVIII e XIX.

Todo esse processo não aconteceu de uma hora para outra. Essas transformações aconteceram de maneira lenta, mas foram mais rápidas do que as anteriores. Considere que todo o processo que caracterizou a gestação do modo de produção capitalista levou mais de 400 anos e o capitalismo, após a revolução, espalhou-se pelos continentes em menos de 200 anos.

Essa disseminação também não aconteceu de maneira uniforme. Na próxima página, você verá uma tabela com a divisão em fases da expansão industrial, além dos tipos de material utilizados, das fontes de energia, de qual tipo de inovação foi produzido, etc.



	1ª fase (±1760/80–1860)	2ª fase (±1860...)
<b>Principais áreas de concentração industrial</b>	Inglaterra, Bélgica, França	Alemanha, norte da Itália, Rússia, Estados Unidos, Japão, etc.
<b>Material industrial básico</b>	Ferro	Aço, sintéticos
<b>Principal fonte energética</b>	Vapor	Eletricidade, petróleo
<b>Setor industrial predominante</b>	Têxtil (algodão)	Petroquímico, siderúrgico, eletro-letrônico, automobilístico, etc.
<b>Capitalismo</b>	Livre-concorrencial (predomínio do capital industrial)	Monopolista (fusão do capital industrial com o capital bancário)
<b>Condições gerais da classe operária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Exploração em larga escala do trabalho infantil e feminino.</li> <li>– Jornadas de trabalho de até 16, 18 horas por dia.</li> <li>– Reação dos trabalhadores através do movimento <b>ludita</b> e do <b>cartismo</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Progressiva diminuição da jornada de trabalho.</li> <li>– Regulamentação do trabalho feminino e, em alguns casos, proibição do trabalho infantil.</li> <li>– Organização dos trabalhadores em sindicatos.</li> <li>– Organização da Associação Internacional dos Trabalhadores com o objetivo de unificar a luta operária e o movimento proletário internacional.</li> </ul>

Fonte: FÁRIA, Ricardo de Moura. *História*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1989, p. 189.



## Ciência, tecnologia e utopia

A Revolução Industrial tem relação direta com o desenvolvimento científico. A produção de bens foi radicalmente alterada a partir da utilização de fontes de energia e de matérias-primas que, até aquele momento, não haviam sido utilizadas. A energia a vapor, a energia elétrica, a invenção do aço e sua posterior aplicação deram impulso aos setores que foram cruciais não só para as transformações econômicas, mas também para o desenvolvimento de uma parceria entre ciência e mercado que até os dias de hoje gera muita polêmica e debates.



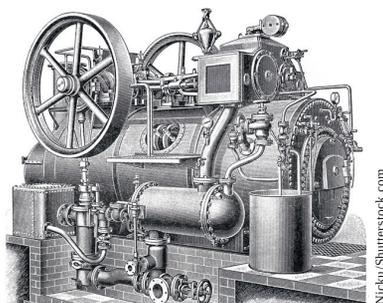
*O moinho de rolamento do ferro (modernos ciclopes)*, de Adolph Menzel, século XIX. Desde a Pré-história, vários povos utilizavam a metalurgia, mas foi só a partir da Revolução Industrial que novos métodos se desenvolveram e baratearam.

Nesse momento, é fundamental que tenhamos em mente a diferença entre descoberta e invenção. **Descobertas** são conhecimentos inéditos, saberes novos, que, até determinado momento, não existiam; e **invenções** são criações feitas a partir da aplicação do novo conhecimento. Dessa forma, temos que as lâmpadas foram invenções a partir da descoberta de um tipo diferente de energia, a elétrica. As bombas atômicas foram inventadas a partir da aplicação do uso da energia nuclear. Para que ocorra uma invenção, é muito importante a união do conhecimento com a necessidade. Algumas vezes, invenções involuntárias acontecem, e, graças ao acaso, inventa-se algo que servirá para a solução de alguma necessidade.



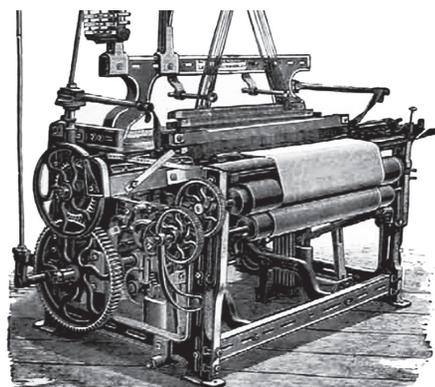
No contexto da Revolução Industrial, algumas invenções se destacaram pelo que proporcionaram. Dentre elas, podemos destacar:

## Máquina a vapor



Inventada por James Watt em 1768. Essa invenção foi um aperfeiçoamento que Watt fez de um equipamento criado por Thomas Newcomen para realizar a drenagem de águas dos rios. Detalhe importante: Newcomen o fez em 1698!

## Tear mecânico



O tear mecânico é considerado um marco divisor da Revolução Industrial. Sua utilização possibilitou a atividade de centenas de pessoas na produção de tecidos.

## Lançadeira volante



A lançadeira volante, inventada por John Kay e usada para tear, gerou uma importante ampliação da capacidade produtiva da indústria de tecidos. Depois de 34 anos, James Hargreaves desenvolveu uma fiandeira de pedal, que sucedeu a de Kay.

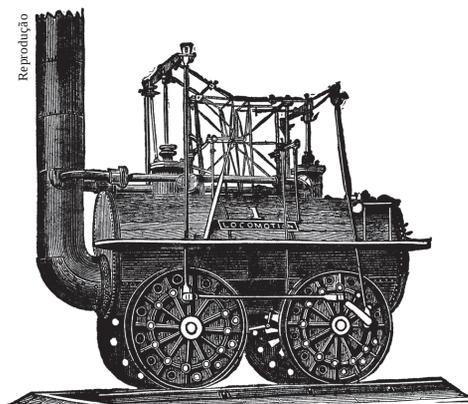


## Telefone



Em 1876, Alexander Graham Bell inventou o telefone, revolucionando as comunicações a distância.

## Locomotiva a vapor



George Stephenson, em 1814, inventou a locomotiva a vapor, possibilitando a realização de viagens em tempos mais curtos.

## Motor de explosão



Wilhelm Daimler inventou, em 1885, o motor de explosão, que depois seria aplicado em larga escala, dando origem à indústria automobilística.



Essas invenções só foram possíveis por causa de uma necessidade que impulsionou a busca por soluções para viabilizar o aumento da produção, para torná-la mais eficiente.

A partir do desenvolvimento proporcionado pelas chamadas ciências naturais, a sociedade foi alterada radicalmente. Pense que as mudanças levadas a termo com o auxílio do conhecimento científico aumentaram o prestígio da ciência, e esta teve suas práticas e seus discursos legitimados, respeitados. O cientista foi lançado à condição de guia das mudanças, senhor de destinos, o que fosse anunciado pela ciência tinha posição de verdade, e se opor à ciência era o mesmo que ser descrente em relação a uma religião.

É importante considerar que as invenções desse período representaram uma maior liberdade da dependência da natureza. A relação humana com o tempo e o espaço foi radicalmente alterada. Pense na diferença que é, hoje em dia, viajar de um lugar para outro de ônibus e de avião. O mesmo percurso pode levar oito horas por estradas e 45 minutos em um avião! Tente entender, naquele contexto, viagens que duravam semanas, até meses, passando a durar dias. Essa relação de proporcionalidade que fizemos entre a viagem de ônibus e a de avião, transportada para os séculos XVIII e XIX, pode nos ajudar a perceber o impacto que a revolução causou.

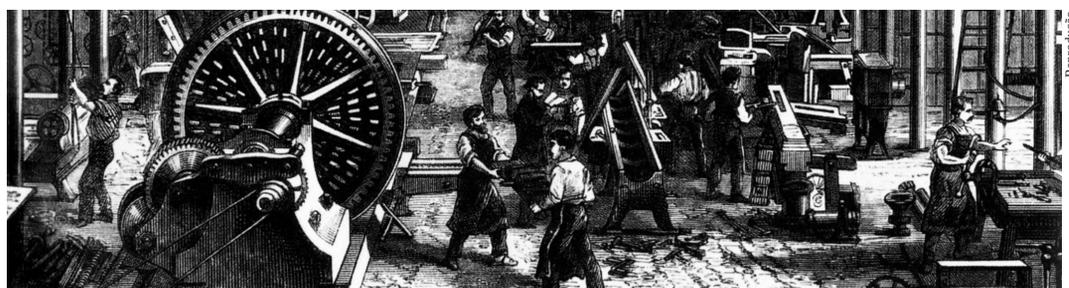


A lição com o planetário, de Joseph Wright, século XVIII. Com o progresso econômico proporcionado pela Revolução Industrial, surgiram, na Inglaterra, sociedades informais para o desenvolvimento de novas tecnologias.



Tomou impulso ainda maior a crença em um caminho de aperfeiçoamento contínuo, de progresso. A razão era aplicada ao domínio da natureza para a realização das finalidades humanas, e, no caso daquele contexto, a finalidade era garantir que a natureza atendesse aos interesses do mercado, que se tornava cada vez mais presente. A produção em larga escala deveria ser levada adiante, assim os produtos seriam exportados para os quatro cantos do mundo. Pressões diplomáticas para abertura de mercados consumidores dos produtos maquinofaturados e guerras acontecendo para garantir o consumo desses bens foram situações comuns naquele período.

Os resultados obtidos com a intervenção sobre a natureza foram considerados tão positivos que não se viam os efeitos colaterais de toda aquela transformação. Os impactos foram não apenas de ordem econômica, mas também social e política.



A Revolução Industrial espalhou-se para outros países da Europa, como a Alemanha (acima), o que seria, no século XX, estopim de conflitos mundiais.

## Impactos da Revolução Industrial

O que faz da Revolução Industrial algo sem comparações na história da humanidade é que não apenas a produção de bens e sua distribuição foram transformadas, a visão de mundo das sociedades que se industrializaram ou foram afetadas pela industrialização também mudou. Arranjos familiares, bens culturais e a relação humana com o tempo são exemplos das áreas radicalmente atingidas.

A Revolução Industrial criou os defensores da libertação humana das necessidades ao produzir em abundância aquilo de que se precisava para viver com mais conforto ou, pelo menos, algum conforto. Ao mesmo tempo, não criou condições para que um número maior de pessoas pudesse usufruir do que se produzia.

Essa contradição não retira o caráter revolucionário da mecanização, mas nos estimula a pensar sobre as finalidades do que o conhecimento humano realiza. Não devemos atribuir juízos de valor a partir da sociedade que temos e que se relaciona diretamente com o contexto dos processos industriais, e sim pensar a partir das possibilidades que a mecanização ampliou: um mundo onde agasalhos fossem mais fáceis de se encontrar; onde a fome não fizesse tantas vítimas, uma vez que é possível alimentar mais pessoas; onde se pudesse visitar um parente querido que mora distante antes do último suspiro.



# Reflexão

**1** (Enem) A Revolução Industrial, ocorrida no final de século XVIII, transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e a grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX, e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

Pode-se afirmar que as conquistas no início desse século decorrentes da legislação trabalhista estão relacionadas com:

- a. a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.
- b. a expressiva diminuição da oferta de **mão de obra**, devido à demanda por trabalhadores especializados.
- c. a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.
- d. o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos.
- e. a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais **européias**.

**2** (Uerj)

Coketown era uma cidade de tijolos vermelhos, ou melhor, de tijolos que seriam vermelhos se a fumaça e as cinzas permitissem, cidade de máquinas e de altas chaminés. Apresentava muitas ruas largas, todas iguais, e muitas rua-zinhas ainda mais iguais, cheias de pessoas também muito iguais, pois todas saíam e entravam nas mesmas horas, andando com passo igual na mesma calçada, para fazer o mesmo trabalho, e para elas cada dia era parecido com o da véspera e com o dia seguinte.

DICKENS, Charles. Tempos difíceis. In: ENDERS, Armelle e outros. *História em curso*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.





3 (Enem) A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, **tecelões de teares manuais**. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.

THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (adaptado).

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque:

- a. a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.
- b. os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.
- c. os novos teares exigiam treinamento especializado para ser operados.
- d. os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.
- e) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.

4 (Enem) “... Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes, ...”

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre a sua natureza e suas causas. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.



*Jornal do Brasil*, 19 de fevereiro de 1997.

A respeito do texto e do quadrinho, são feitas as seguintes afirmações:

- I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho à qual são submetidos os operários.
- II. O texto refere-se à produção informatizada, e o quadrinho, à produção artesanal.



III. Ambos contêm a **ideia** de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Dentre essas afirmações, apenas:

- a. I está correta.
- b. II está correta.
- c. III está correta.
- d. I e II estão corretas.
- e. I e III estão corretas.

**5** (PUC–Rio – Adaptada) “A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos. Durante um breve período, ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-Bretanha. Assim, toda uma economia mundial foi edificada com base na Grã-Bretanha, ou antes, em torno desse país. [...] Houve um momento na história do mundo em que a Grã-Bretanha podia ser descrita como sua única oficina mecânica, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro; e, por esse motivo, sua única potência naval e o único país que possuía uma verdadeira política mundial. Grande parte desse monopólio devia-se simplesmente à solidão do pioneiro, soberano de tudo quanto se ocupa por causa da ausência de outros ocupantes.”

HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983, p.9.

Tendo como referência o texto anterior, identifique duas mudanças ocorridas na sociedade inglesa do século XIX que exemplifiquem a afirmativa do autor de que “a Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos”.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---





Reprodução

A liberdade guiando o povo, de Eugène Delacroix, século XIX.



## Revolução Francesa ou a burguesia finalmente no comando

Uma das revoluções mais importantes da história, a Revolução Francesa desestruturou de tal forma a organização social da França e suas repercussões se alastraram por continentes que o ano de seu acontecimento, 1789, é utilizado como marco para o fim de uma era, a Moderna, e início de outra: a Idade Contemporânea. Marcada por contradições que até hoje são discutidas, no conjunto das revoluções que estamos abordando, a Francesa moldou comportamentos políticos, gerou questões até hoje consideradas fundamentais para se pensar o papel do Estado e sua relação com os indivíduos.



## Antecedentes ou como tudo começou

Você lembra que um pouco antes tratamos de como acontecem as mudanças, as transformações? Pois bem, vamos retomar aquela perspectiva de que, na história da humanidade, as mudanças não acontecem de maneira simples ou mesmo de uma hora para outra. Há processos que, às vezes, duram décadas e mesmo séculos até que efetivamente ocorram.

O caso da Revolução Francesa é um desses: foi nutrido aos poucos por algumas dezenas de anos até que finalmente começasse a acontecer. Sabe quando uma situação vai ficando insuportável? Quando há conhecimento sobre o que se deve fazer para resolver os problemas, mas a possível solução implicaria outros problemas para alguns grupos?

A situação francesa anterior ao processo revolucionário poderia ser resumida assim: “o remédio pode curar, mas vai ser bastante amargo”. O gosto amargo não era bem-visto, nem se acreditava que o remédio poderia, efetivamente, resolver o mal. Existia um conflito marcado por bastante **ambiguidade** e dúvidas. Era um conflito duplo: de necessidades e interesses. Vamos entender que duplo conflito foi esse.

Quando se vive em sociedade, é parte das situações cotidianas que as pessoas tenham necessidades e que a satisfação destas garanta a manutenção da própria vida. O ponto é que, muitas vezes, as necessidades são maiores do que a capacidade individual das pessoas de saciá-las. Nesse ponto, pode-se precisar de ajuda para se atingir tal finalidade.



*Dançando na frente da fonte*, de Nicolas Lancret, século XVIII. A nobreza da França vivia no ócio e podia se dar ao luxo de se dedicar às Artes, à Literatura, à Filosofia, etc. Tudo isso era sustentado pela burguesia e pelas camadas mais baixas da sociedade.



Na sociedade em que vivemos, essa espécie de ajuda seria realizada pelo Estado. No contexto da sociedade francesa do século XVIII, o Estado não tinha essa função de auxiliar na satisfação das necessidades de quem, porventura, precisasse. Nesse momento, é importante retomar o que foi escrito em outra parte desse texto: não julgue em critérios de certo ou errado as formas de viver de outros tempos e espaços. Primeiro entendemos que são visões diferentes, de épocas diferentes, e depois analisamos para então realizarmos algum juízo de valor.

Mesmo esse juízo de valor deve ser cuidadoso, nem relativizando a ponto de naturalizar violências e aceitá-las nem atribuindo culpas que, pelo contexto, não seriam válidas.

A sociedade francesa da época anterior ao processo revolucionário não tinha uma administração do Estado que se fundamentasse na vontade do povo, entendido este como todos os grupos sociais, ricos ou pobres, ou ainda aqueles na linha tênue que separa a riqueza da pobreza ou mesmo da miserabilidade. A legitimidade do governo francês estava pautada na hereditariedade, o que afastava preocupações maiores com a forma como o povo estava vivendo.

O conflito de necessidades pode ser identificado quando muitas pessoas não têm o que comer, falta o que vestir, não há segurança ou mesmo condições sanitárias. Assim, no momento de saciar as necessidades, não há condições de saciar todas. Há uma situação conflitante do tipo: “mato a fome ou compro agasalho?”. Quando se entende como se processa esse conflito, pode-se compreender como deveria estar a condição de vida de centenas e centenas de franceses e francesas naquele período.

Quando a resolução de um problema social produz impasses, estamos diante de um conflito de interesses. No momento em que dois ou mais grupos discordam da maneira de resolver porque a solução afetaria a manutenção da ordem que é interessante para eles, temos a evidente prova da estratificação social e da criação de zonas de interesses que se perpetuam ou se quer perpetuar.



*Luís XVI distribuindo esmolas para os pobres, de Louis Hersent, século XIX. A população francesa mais pobre pagava impostos extorsivos para poder sustentar o luxo exacerbado da nobreza e da realeza.*



No caso da sociedade francesa, trata-se de uma sociedade que foi construída historicamente baseada na distribuição desigual de renda, que, por sua vez, estabeleceu posições sociais de maior ou menor prestígio ligadas à posse de terras e aos títulos passados de maneira hereditária e/ou atribuídos pelo rei. A riqueza material contribuiu para o exercício do poder desigual. Havia muitos interesses em conflito naquele momento e iam na direção da manutenção tanto de posições sociais quanto de expressão de poder.

Para compreender melhor, pense na seguinte situação: toda sociedade atribui valor ao que seus membros fazem, ao que dizem, a como se vestem, onde moram, com quem saem para passear e a várias outras atividades. Esse valor pode ser positivo, caracterizado por elogios, exaltações de uma pessoa e/ou do grupo social ao qual pertence. Isso significa que há prestígio para tais pessoas de tais grupos porque elas têm as características às quais foram atribuídos valores positivos. O que acontece a partir dessas situações de avaliações positivas é que essas pessoas ou esses grupos influenciam a vida de quem não é parte de seu modo de viver, de seu padrão de renda, etc.

Quem não está no grupo prestigiado deseja, provavelmente, estar para poder ser bem-querido e, de forma mais prática, não padecer das suas necessidades. Agora adicione esse desejo prático à condição de exercer o poder. Sociedades estratificadas, que distribuem desigualmente a riqueza e o prestígio, também têm o exercício do poder ligado a quem tem mais renda e propriedades e que, por extensão, ocupa uma posição social considerada mais positiva. Em resumo, quem tem mais riqueza manda mais.

Nesse ponto, há uma contradição muito importante de ser considerada: nem sempre quem concentra riqueza é visto como uma pessoa legal, de quem todo mundo gosta. Às vezes, quem tem pouca renda exerce poder, influencia mais do que quem tem. Exemplos não faltam na história da humanidade que mostrem governantes muito ricos, mas com popularidade muito baixa entre as/os governadas/os.



Charge muito utilizada para representar a situação social francesa antes da Revolução. Se fôssemos representar os grupos sociais brasileiros atuais, seriam semelhantes ou diferentes dos dessa charge?



Refleta na própria situação da França anterior ao processo revolucionário: a família real concentrava riqueza e exercia poder ao mesmo tempo que tinha uma popularidade cada vez menor, cada vez mais decadente. Esse pouco prestígio se relaciona com as péssimas condições de vida em que a maior parte da população francesa vivia. Ainda assim, estava garantido o exercício do poder por meio da força — em muitos casos.



Ilustração alusiva à Marcha sobre Versalhes, século XVIII. A situação da França pré-revolucionária era marcada por várias tensões, que, em determinado momento, romperam a ordem vigente.

Imagine uma panela de pressão funcionando em sua potência máxima. Como funciona uma panela de pressão? Ela isola do ambiente externo os ingredientes que estão dentro dela, e a pressão faz com que eles se transformem, mudem de forma, virem algo novo, na medida certa do que a receita estabelece. Agora pense na sociedade francesa como uma panela de pressão e todas as necessidades da população sendo os ingredientes que dariam origem a algo novo.

Fora da panela, no caso, distante do âmbito da família real francesa, havia mudanças nas formas de pensar, de agir e mesmo de sentir, tanto a política quanto as artes, a economia e afins. Essas mudanças, aliadas às necessidades, produziram uma situação social de muitas tensões, marcadas pelo conflito entre a ordem vigente e a nova ordem, que se mostrava cada vez mais presente. Junte a isso os inúmeros acontecimentos que marcavam o continente americano e que levaram à independência das treze colônias inglesas.

Assim, a situação francesa era de intensa adversidade, e o governo não conseguia gerir de forma a resolver. Havia muitos interesses em conflito, e a inabilidade do monarca intensificava as contradições e, sem perceber, contribuía indiretamente para que a destruição do regime se tornasse cada vez mais uma certeza.





*Sans-culottes*, era um termo pejorativo dado pelos aristocratas aos artesãos, pequenos proprietários e trabalhadores que participaram da Revolução Francesa, parte do Terceiro Estado.

O rei demonstrou interesse, aparentemente, em resolver a situação, nomeando **primeiros-ministros** para que encontrassem maneiras adequadas, eficientes e eficazes. Na prática, entretanto, não houve entendimento para trabalhar em prol da mudança necessária, e ministros como Turgot e Necker sequer conseguiram colocar em prática suas **ideias**, sendo exonerados do cargo. A partir de situações como essa, podemos identificar a dificuldade em lidar com o conflito de interesses na administração do Estado francês.

Instaurou-se um impasse, e a maneira de lidar com o que o ministro Necker — que foi recolocado no cargo — apresentou foi através da escolha entre não reconhecer as dívidas que o Estado francês tinha, assumindo as **consequências** desse ato, ou convocar os Estados-Gerais para que a decisão fosse tomada em **assembleia**. Os Estados-Gerais reuniam os representantes dos três estados que compunham a sociedade francesa. O Primeiro Estado era formado pelo clero, e o Segundo Estado pela nobreza. O Terceiro Estado era composto de toda a população que não era nobre ou parte do clero. Reunia, dessa forma, a burguesia citadina de banqueiros, advogados, profissionais liberais, pessoas de grande conhecimento erudito da época — intelectuais que compreendiam as possíveis repercussões da manutenção da votação por es-

tado e não aceitavam impostos mais altos para eles enquanto eram mantidos privilégios para membros do clero e nobres. Esses três estados tinham sido convocados há mais de um século, e mal se sabia como funcionavam os processos de decisão.

É aqui que o teatro das ações humanas vai ficando ainda mais intenso: a sociedade francesa tinha mudado em sua constituição, e a votação que era feita através do voto por estado foi questionada. O Terceiro Estado, composto de uma quantidade muito maior de representantes que antes, opôs-se à manutenção da votação por estado porque o aumento da sua carga tributária era a proposta que tinha mais adeptos entre o Primeiro e o Segundo estados (clero e nobreza).



Em uma decisão dessa magnitude, que colocava em discussão o destino da França, os conflitos de interesses e de necessidades tornavam-se gritantes, inevitáveis, e foi o que aconteceu. Imagine que o local onde você mora está passando por dificuldades, e o grupo social que mais arca com o pagamento de impostos é aquele de que você faz parte. Agora pense que, entre as possibilidades de resolução da crise, esteja o aumento dos impostos sobre sua família e as famílias de seus amigos e suas amigas.

Difícilmente você e seus amigos e amigas aceitariam de forma passiva e pacífica essa situação. Provavelmente reagiriam contra, e as reações tanto poderiam ser apenas protestos quanto passeatas nas ruas da cidade reivindicando uma solução menos danosa para vocês. Agora considere essa mesma situação num contexto em que não existe ordenamento nem definições de como se portar diante de um estado de opressão. Ficamos diante de uma panela de pressão com ainda mais possibilidades de estourar.

E o estouro aconteceu no momento em que foi definida a forma de votação: por estado e desconsiderando as reivindicações listadas pelos representantes da burguesia e das outras pessoas que, não sendo burguesas, compunham a chamada **base da pirâmide social**. Viviam numa situação em que o desejo de mudança se multiplicava pela sociedade. A possibilidade de construção de uma sociedade diferente da que se tinha e que estava marcada por opressões de várias naturezas foi o fósforo riscado em uma sala cheia de fogos de artifício.



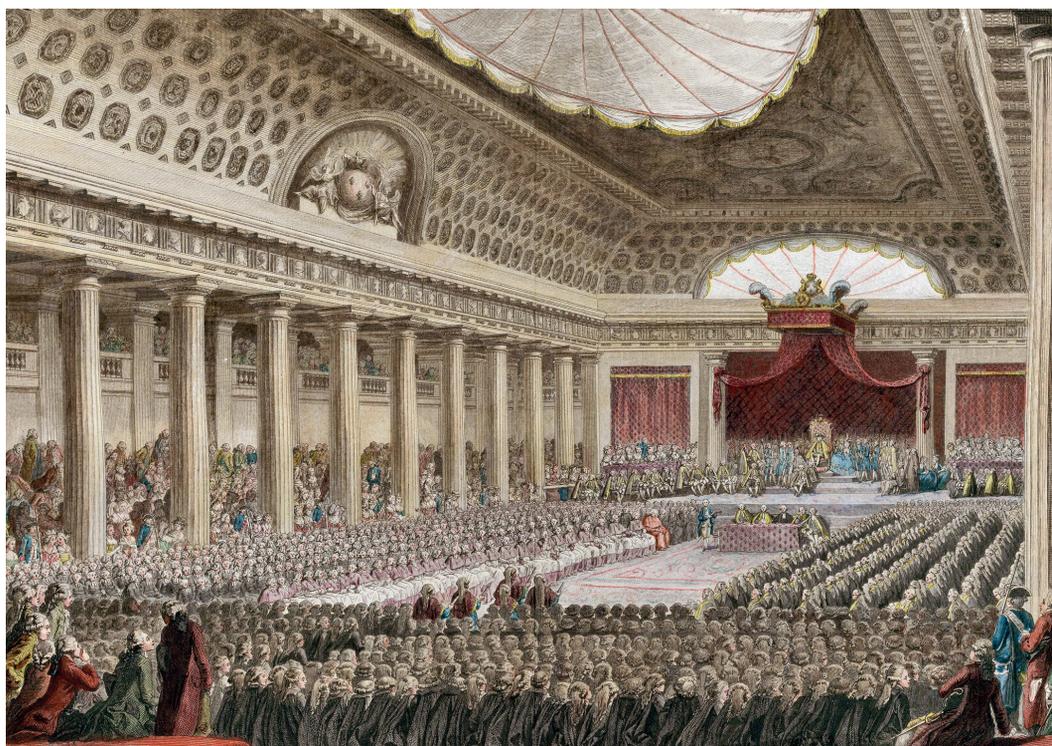
O almoço de ostras, de Jean-François de Troy, século XVIII. A burguesia francesa pertencia ao Terceiro Estado e praticamente sustentava as regalias e os luxos da nobreza e do clero.



Um exemplo desse projeto de sociedade foi o que se chamaria hoje de **campanha popular** e que, na França pré-revolucionária, teve ampla repercussão. Ao anunciar a convocação dos Estados-Gerais, o Rei Luís XVI também solicitou que fossem listadas sugestões para a solução da crise pela qual o reino estava passando. Nesse contexto, atuaram os regeneradores, que reivindicavam a regeneração do sistema político, a superação de todas as mazelas que dificultavam a vida de milhares de franceses e francesas. Era como se eles tivessem a certeza de que o futuro seria grandioso, sem as mazelas que tanto maltratavam as pessoas.

O projeto dos regeneradores era mudar as práticas políticas da época. Essas pessoas acreditaram que aquela era a oportunidade de tornar a existência delas menos miserável diante de uma sociedade estratificada, que distribuía riquezas, prestígio e poder de maneira tão desigual que impossibilitava a consecução de possibilidades mínimas de sobrevivência e que se intensificaria com a criação de novos tributos.

Grande foi a surpresa quando os regeneradores perceberam que suas reivindicações não seriam atendidas. Nesse momento, teve-se a certeza de que a monarquia francesa não tinha efetivo interesse em alterar a situação, mas manteria a resolução de não mexer nos privilégios tributários da nobreza e do clero. O resultado, como vamos saber, foi catastrófico para a política francesa e marcou a história do mundo ocidental de forma irremediável.



*Abertura dos Estados-Gerais em Versalhes*, de Isidore Stanislas Helman, século XVIII. Em meio à crise financeira e política, o Rei Luís XVI convocou a Assembleia dos Estados-Gerais, inicialmente com o objetivo de taxar e cobrar impostos à nobreza e ao clero.



# Reflexão

1 (Unesp – Adaptada) A charge abaixo ilustra as três ordens sociais existentes na França antes da Revolução de 1789.



Identifique essas três ordens e justifique o posicionamento dos personagens na charge.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



2 (UER – Adaptada) Leia, a seguir, a *Carta de Convocação dos Estados-Gerais*.

### Por ordem do rei

Temos necessidade de nossos fiéis súditos para nos ajudarem a superar todas as dificuldades em que nos achamos e para estabelecer uma ordem constante e invariável em todas as partes do governo que interessam à felicidade dos nossos súditos e à prosperidade de nosso reino. Esses grandes motivos nos determinaram convocar a **assembleia** dos estados de todas as províncias sob nossa obediência, para que seja achado, o mais rapidamente possível, um remédio eficaz para os males do Estado e para que os abusos de toda espécie sejam reformados e prevenidos.

Versalhes, 24 de janeiro de 1789.

Adaptado de MATTOSO, K. de Q. *Textos e documentos para o estudo de História Contemporânea*. São Paulo: Edusp, 1976.

A convocação dos Estados-Gerais deu início à Revolução Francesa, ocasionando um conjunto de mudanças que abalaram não só a França, mas também o mundo ocidental em finais do século XVIII. Pensando nisso, cite um motivo para a convocação dos Estados-Gerais na França, em 1789, e apresente duas **consequências** da Revolução Francesa para as sociedades **europeias** e americanas.

---

---

---

---

---

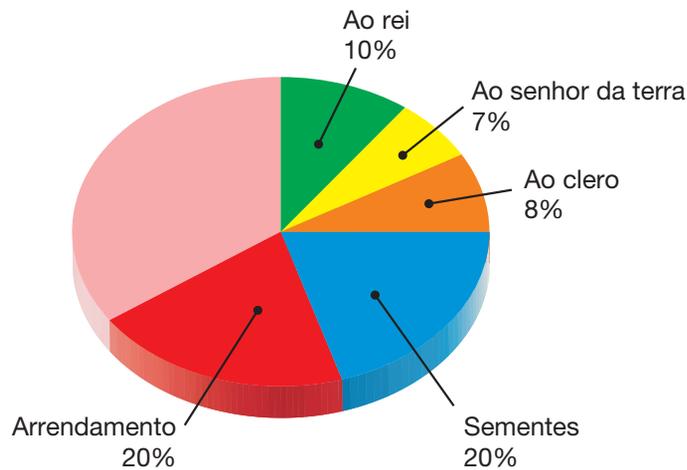
---

---

---



3 (Unicamp – Adaptada) Observe a distribuição de custos dos camponeses franceses, em percentual da colheita, às vésperas da Revolução de 1789. Esses custos referem-se ao arrendamento da terra, ao custo das sementes e aos impostos pagos ao rei, ao senhor da terra e ao clero.



Adaptado de BOURQUIN. L (coord.), *Histoire*. Paris: Bellin, 2003, p.187.

a. Relacione os dados apresentados com as condições vividas pelos camponeses na França no final do século XVIII.

---

---

---

b. Por quais motivos a questão econômica foi um elemento importante para o Terceiro Estado durante a Revolução Francesa?

---

---

---

4 (UPE – Adaptada) A passagem do século XVIII para o século XIX inaugura o que, convencionalmente, denomina-se de **História Contemporânea**. Depois de quase quatro séculos de acumulação de capital, de comércio colonial, de sucessivas guerras hegemônicas e contra-hegemônicas, da desestrutura do feudalismo,



da expansão da linguagem escrita e do ensino, da lenta conquista e subjugação de outras civilizações, a Europa teve de enfrentar uma profunda transformação de seu processo histórico.

Adaptado de SILVA, André Luiz Reis da. A nova ordem europeia no século XIX: os efeitos da dupla revolução na História Contemporânea. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 47, p. 11-24, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>.

No contexto descrito, o desenvolvimento da burguesia iniciou uma nova era, que teve como principais marcos históricos a:

- a. Revolução Industrial e a Francesa.
- b. Reforma Protestante e a **Contrarreforma**.
- c. Comuna de Paris e a Primavera dos Povos.
- d. Guerra da **Crimeia** e a Guerra Civil Americana.
- e. Guerra dos Trinta Anos e a Guerra dos Sete Anos.

**5** (Fatec – Adaptada) “Se não têm pão, que comam brioches!”

A frase, erroneamente atribuída à rainha da França, Maria Antonieta, foi considerada uma resposta cínica às inquietações populares que levaram à eclosão da Revolução Francesa.

Assinale a alternativa que aponta **corretamente** algumas das causas da insatisfação da população francesa às vésperas dessa revolução.

- a. Contrários ao lema da monarquia, “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, os camponeses alegavam que a distribuição de renda provocava o empobrecimento da classe média.
- b. A grave crise econômica, aliada a condições climáticas adversas, inflacionou os preços nas cidades e no campo; sofrendo com a fome, a população pagava altos impostos para manter os privilégios do clero e da nobreza.
- c. A substituição de culturas alimentares pelo algodão, decretada por Luís XVI, levou ao aumento da mortalidade infantil e da fome entre os camponeses, favorecendo a burguesia vinculada à indústria têxtil.
- d. Para sustentar os custos das guerras napoleônicas, o Rei Luís XVI aumentou a cobrança de impostos dos camponeses e dos trabalhadores das cidades, que, insatisfeitos, rebelaram-se contra o governo central.
- e. Devido à falta de terras férteis, à baixa produção de alimentos e à fome, a população demandava o aumento da ocupação francesa nas Américas e na África para a ampliação da produção agrícola.





Reprodução

Tomada do Palácio Tiberius, 10 de agosto de 1792, durante a Revolução Francesa, de Jean Duplessis-Bertaux, século XVIII.



## A Revolução começou

Na perspectiva de mudar a ordem social como ela estava organizada, os membros do Terceiro Estado convocaram o Segundo e o Primeiro Estados para que participassem do processo de implantação do futuro, da nova sociedade “regenerada” que estava no discurso de vários membros do Terceiro Estado. A resposta foi, ao mesmo tempo, previsível e surpreendente: a nobreza se recusou, mas parte do clero aceitou. Não se esperava que parte do clero aceitasse, considerando que o objetivo era acabar com a ordem de privilégios que eles tinham.

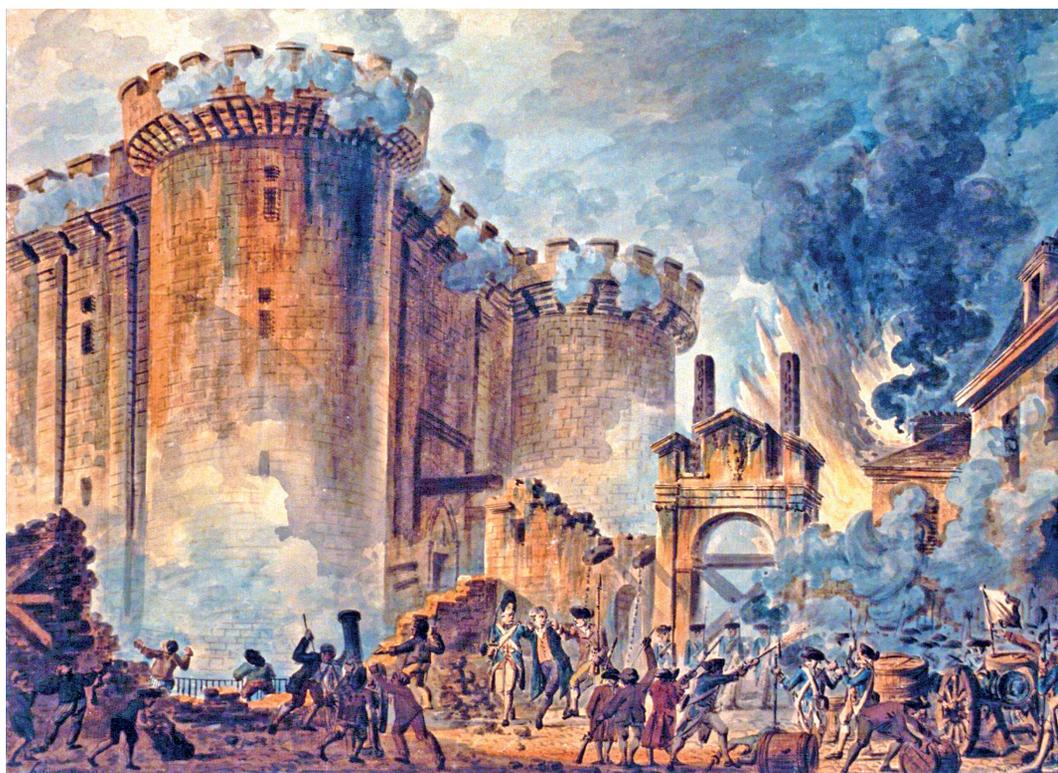
Foi exatamente o que aconteceu e surpreendeu: parte do clero apoiou, e, por sugestão de um abade de nome Emanuel-Joseph Sieyès, foi formada a **Assembleia** Nacional, que foi negada pelo rei. Luís XVI ordenou o encerramento das atividades da subversiva Assembleia e viu sua ordem ser solenemente ignorada. Além disso, a Assembleia passou a ser constituinte e a trabalhar na elaboração de uma carta magna para reger a vida na França, que seria, politicamente, uma monarquia constitucional.





O futuro se tornava mais vislumbrável a cada momento, mesmo com as oposições do rei. Luís XVI tentou se opor à **Assembleia** Constituinte, mas, de início, não conseguiu fazê-los desistirem de seus intentos revolucionários. Não desistiu, entretanto. Tratou de convocar forças armadas das províncias para fazer frente aos amotinados e restaurar a ordem. Além disso, demitiu Necker e os ministros mais liberais que compunham o parlamento. Sua popularidade voltou a cair e, adicionando mais combustível ao processo revolucionário, escasseava o pão em Paris. Para a população, isso era a monarquia que queria matar o povo de fome.

As ruas foram tomadas, e a Bastilha foi invadida. Prisão de todos os inimigos do regime, de todas as ameaças à ordem instituída, a Bastilha representava a opressão do monarca, que não se importava com as necessidades do povo. É importante ter em mente que os invasores acreditavam que conseguiriam pólvora e, por isso, invadiram o local. Destruíram a prisão, não sem antes libertar os sete prisioneiros que estavam lá. A destruição da Bastilha foi o gatilho de intensificação das ações revolucionárias que se espalharam mais intensamente pelo reino.



*A Tomada da Bastilha*, de Jean-Pierre Houël, século XVIII. A Tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, foi o marco simbólico da Revolução Francesa.



Camponeses começaram a queimar castelos, assassinar nobres, destruir abadias, igrejas, e essa violência fez com que a insegurança tomasse conta da França. Esse período foi denominado de **Grande Medo**. Era uma mescla de anseio por liberdade, temor de perdê-la e vingança contra quem, durante muito tempo, os oprimira. Não se trata aqui de inocentar ou proteger atos violentos, mas de entender o que pode motivar ações violentas de tamanha magnitude. As repercussões das insurgências não tardaram a aparecer e, em alguma medida, podem ser consideradas positivas.

Deputados começaram a abrir mão de seus privilégios historicamente estabelecidos. Direito de caçar, títulos nobiliárquicos, dízimos (no caso de padres) foram deixados de lado, e podemos afirmar que isso aconteceu por causa do temor da violência contra os membros do Primeiro e Segundo estados. Estados provinciais, cidades, como uma espécie de efeito dominó, foram mudando sua organização política e econômica de maneira que o Antigo Regime perdia aspectos importantes que o sustentavam.

A curva do futuro parecia cada vez mais próxima, e essa proximidade parecia trazer apenas possibilidades positivas quando se comparava à situação a que se estava sujeito antes da revolução. Ao mesmo tempo que se enfrentava a resistência à mudança e se queria destruir os freios da antiga ordem, deputados estavam à frente da elaboração do documento que representaria, legalmente, a nova ordem: a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** prepararia o terreno para a constituição que deveria normatizar a administração do rei sobre o Estado.

Tem-se, agora, a materialização física do que se desejava há tempos, pois esse documento agregaria os anseios que motivaram a tomada das ruas e as palavras de ordem, além da destruição do símbolo de opressão daquela sociedade e da política que aplicava. A Declaração expunha o futuro que se queria construir, com maior usufruto de direitos e a aplicação de deveres de forma igualitária para todos os estados. O documento representaria o fim dos privilégios e a pedra fundamental sobre a qual se ergueria a nova ordem.

Assim, é estabelecido logo no início da Declaração que todos nascem e permanecem livres e em situação de igualdade de direitos. Esses direitos não podem ser retirados dos indivíduos, são inalienáveis e, também, considerados sagrados. Todos teriam direito à propriedade, à segurança, e lhes seria conferido o direito a reagir contra qualquer tipo de opressão. Esses aspectos provam a situação que foi radicalmente negada pelo processo revolucionário, a ordem do Antigo Regime deveria ser substituída por outra, mais abrangente.

Essa igualdade no que diz respeito às leis foi estendida para o mundo do trabalho também: todos poderiam ser admitidos em qualquer tipo de emprego, acabando com a reserva de cargos para os primeiros estados. Na economia, estabeleceu-se que a carga tributária também seria igualitária, atacando ainda mais os privilégios que geraram as insatisfações e crises que produziram a revolução.

Juridicamente, as leis não poderiam ser retroativas, e foi estabelecida a inocên-



cia prévia, o que significa que ninguém poderia ser considerado culpado até que as investigações acontecessem e provassem a efetiva culpa do indivíduo. Agora reflita: se esses aspectos foram colocados como garantias para todos e todas, quer dizer que não existiam antes. O raciocínio é perturbador quando se percebe que uma lei nova poderia atingir alguém que tivesse feito algo antes de isso ser considerado crime. Ou que alguém poderia ser considerado culpado sem chance de provar a inocência.

Outra mudança significativa diz respeito ao tratamento dado aos condenados a crimes: foi estabelecida a igualdade de tratamento, a abolição da tortura e da marcação do corpo através do uso de ferro em brasa. Uma importante discussão tomou forma ao se buscar instituir penas equivalentes aos crimes cometidos, e uma outra mudança, baseada nesse princípio de igualdade perante a lei, foi o estabelecimento da decapitação dos condenados à morte utilizando a invenção do doutor Joseph-Ignace Guillotin, que entrou para a história com o nome de *guilhotina*.

Talvez pareça desumano tratar como avanço a utilização da guilhotina, matando através da decapitação, mas, reforçando, é importante não cometer anacronismo, isto é, assumir como errôneos atos tomados no passado. Vamos tentar entender a situação a partir da contextualização histórica. Pense que as formas de aplicar a pena capital na França e em outros locais eram enforcamento ou decapitação através de machados: enforcamento para os pobres e decapitação para a nobreza. A morte por enforcamento não é rápida, é agonizante, e há muitos registros de situações em que os condenados não morriam na primeira tentativa... nem na segunda. É importante compreender que, naquele contexto, a guilhotina representava alguma humanização no tratamento de condenados.

Em termos de organização do Estado, buscou-se o que se chama hoje de **transparência**, objetivando a implantação de uma administração mais simples possível e com uniformidade em todo o reino, além da redução para 83 departamentos, divididos em distritos, cantões e comunas.

No contexto religioso, foi votada uma Constituição Civil do Clero, que manteve o catolicismo como religião oficial do Estado, além de reduzir o número de paróquias, estabelecer a eleição de padres e bispos e o fechamento das congregações que não estavam ligadas à assistência ou ao ensino.

A nova carta magna legitimou a monarquia constitucional, ordenou o Estado francês no que diz respeito à política e quase resolveu a questão econômica. A crise econômica agora tinha outra roupagem, não estava relacionada com gastos suntuosos ou privilégios de grupos sociais. Tinha relação com a pergunta, talvez a mais importante a ser feita naquele contexto: como reerguer um reino inteiro quando o conflito de interesses políticos ainda não tinha se estabilizado? Economia em frangalhos, e ainda não se sabia como lidar com o que havia sobrado do Antigo Regime francês: o Rei Luís XVI e parte de sua família.



Há momentos na narrativa dos acontecimentos em que a história parece se acelerar. O rei era prisioneiro e estava no meio de um conflito sobre o que se fazer com ele. Havia quem afirmasse ser crucial mantê-lo vivo até para garantir a manutenção de alguma pouca ordem. Já os mais radicais afirmavam que ele representava um perigo, um traidor em potencial que poria a perder tudo o que já fora construído até ali.

Em meio ao caos social, político e econômico, a fuga da França era uma possibilidade para além do real, era garantia de vida. Muitos nobres já tinham escapado e encontrado refúgio em outros reinos. Fora da França, havia o temor de que o exemplo francês se espalhasse e colocasse outras monarquias em risco. O rei tentou, enfim, fugir, mas foi pego. Levado a julgamento, decidiu-se pela sua condenação. Isso foi o gatilho das **paranoias** de parte dos revolucionários, que, acreditando numa reação mais enérgica da nobreza e buscando se defender dela, iniciaram o terror.

De início pode-se pensar que os anseios por mudanças tinham produzido, finalmente, a transformação necessária e que toda a sociedade seria feliz. Mas a vida não é um filme e nem sempre tem finais felizes. As ações humanas no tempo estão relacionadas diretamente com o máximo de incerteza, de contingência, de acaso mesmo. Esse teor de incerteza e insatisfação é o que nos desafia o tempo inteiro e nos impulsiona para além, para a curva do futuro.

Nessa curva do futuro, onde a nossa vista não alcança, as situações mudam, o espetáculo da vida social se revela mais rico de possibilidades e incertezas. No momento em que parecia que todas as necessidades tinham sido satisfeitas, o contexto mudou e a revolução entrou em uma de suas fases mais sangrentas e contraditórias. Tão sangrenta que cálculos não oficiais estimam que foram mortas mais de 16 mil pessoas. Foi a fase do **Terror**.

## Reflexão



1 (Unicamp – Adaptada) Leia o texto a seguir.

As primeiras vítimas da Revolução Francesa foram os coelhos. Pelotões armados de paus e foices saíam à cata de coelhos e colocavam armadilhas em desafio às leis de caça. Mas os ataques mais espetaculares foram contra os pombais, castelos em miniatura; dali partiam verdadeiras esquadrilhas contra os grãos dos camponeses, voltando em absoluta segurança para suas fortalezas senhoriais. Os camponeses não estavam dispostos a deixar que sua safra se transformasse em alimento para coelhos e pombos e afirmavam ser a “vontade geral da nação” que a caça fosse destruída. Aos olhos de 1789, matar caça era um ato não só de des-



pero, mas também de patriotismo, e cumpria uma função simbólica: derrotando privilégios, celebrava-se a liberdade.

Adaptado de SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 271-272.

De acordo com o texto, por que os camponeses defendiam a matança de animais?

---

---

---

---

**2** (Unesp – Adaptada) Analise a tela abaixo.



*A Bastilha nos primeiros dias de sua demolição, 20 de julho de 1789. Mubert Robert, Museu Carnavelet, Paris, França.*

Esta representação da Bastilha, prisão política do absolutismo monárquico, foi pintada em 1789. Indique dois elementos da tela que demonstrem a solidez e a força da construção e o significado político e social da jornada popular de 14 de julho de 1789.

---

---

---

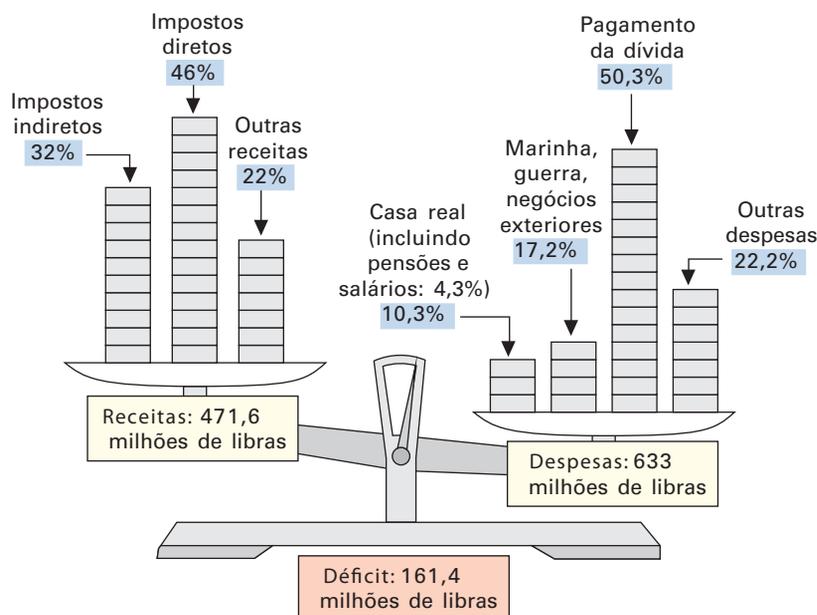
---

---



### 3 (Uema)

## Situação econômica da França na década de 1780



BERNET, Anne. Sem nenhum tostão em caixa. In *História Viva*, 2004.

A imagem se refere à situação das receitas e das despesas do Estado francês na década de 1780. Pode-se analisar pelos dados que:

- a maior arrecadação do Estado era proveniente dos impostos diretos, pagos, em sua grande maioria, pelos representantes da Igreja Católica francesa, uma das mais poderosas da Europa.
- o elevado déficit público do Estado francês foi um elemento central para o contexto histórico de profunda crise econômica que favoreceu a eclosão da Revolução Francesa em 1789.
- a crise econômica relacionava-se diretamente às questões internas, já que, no cenário internacional, os negócios contribuíram de forma significativa para as receitas do Estado francês.
- os gastos com o pagamento da dívida representavam uma pequena parcela das despesas estatais, o que indicava a possibilidade de recuperação rápida da economia francesa.
- a opulência da nobreza francesa era a responsável pela fração mais elevada dos gastos do Estado, seu principal financiador.



#### 4 (Uern)

### Hino da França – A Marselhesa

(tradução)

Avante, filhos da Pátria!  
O dia da Glória chegou.  
Contra nós, a tirania.  
O estandarte encarnado se eleva!  
Ouvís nos campos rugirem  
esses ferozes soldados?  
Vêm eles até nós  
degolar nossos filhos, nossas mulheres.  
Às armas, cidadãos!  
Formai vossos batalhões!  
Marchemos, marchemos!  
Nossa terra do sangue impuro se saciará.



Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/hinos/hino-da-franca-a-marselhesa-traducao.html#ixzz3KrRj5hUi>.

O Hino da Revolução Francesa, que mais tarde se tornaria o Hino da França, reflete muito do espírito de luta e sede de mudança que se expandiu principalmente entre:

- a. os clérigos e nobres, que procuravam manter os privilégios de que gozavam, principalmente em relação aos impostos.
- b. os burgueses, que, em muitos casos, apesar de possuírem condições econômicas, não possuíam a participação política desejada.
- c. os camponeses, que pretendiam romper de vez com os laços escravistas que ainda ditavam as relações de trabalho na França.
- d. os representantes do proletariado em ascensão na França, que, apesar de ter uma indústria incipiente, começava o processo de Revolução Industrial.





Reprodução

Robespierre, Danton, Marat, de Alfred Loudet, século XIX.

# 5

## Terror ou quando a política encontra o medo

Neste ponto, é fundamental fazer uma ressalva: não devemos julgar a partir dos nossos valores o que estamos estudando sobre as ações humanas no tempo. É crucial tentar entender o que motivou grandiosas violências, o que poderia ter fundamentado tantas mortes, tantos assassinatos. Assim, deve-se estudar História como detetives em busca das pistas para desvendar, talvez, o maior de todos os segredos: o que nos motiva?

Vimos antes que a Revolução foi desencadeada por necessidade de mudanças e que estas foram impulsionadas de forma a transformar as estruturas de uma sociedade que há séculos se organizava de maneira estratificada e impedia possibilidades de mobilidade social. Não se desejava, no início, a morte do rei, mas a alteração da forma com a qual ele administrava o Esta-





do. A política se transformou, a economia foi arrasada e buscava-se a sua recuperação, o sistema de leis também foi mudado e a religião sofreu impactos.

Mas as repercussões da revolução ultrapassaram as fronteiras francesas e chegaram a outros reinos, que temeram o exemplo revolucionário francês e tinham interesse em encerrar o que acontecia, garantindo, assim, a manutenção da ordem vigente em seu território. No interior das fronteiras francesas, o debate tinha como ponto de partida o que fazer com o rei. Os girondinos, alta burguesia, não aceitavam a possibilidade de matar Luís XVI, pois poderia detonar o gatilho da união entre as monarquias europeias contra a França. Outro fator era jurídico, a pessoa do rei era inviolável, nos termos da própria Constituição colocada em funcionamento há pouco.

Não havia consenso em qualquer dos grupos revolucionários. Qualquer decisão implicaria repercussões que não se conseguia antever plenamente. É nessa conjuntura que o discurso de um dos líderes revolucionários, Robespierre, ganha eco e força. Ele defendeu que levar o rei a julgamento seria, de maneira indireta, abrir a possibilidade de ele ser inocente e, sendo inocente, quem o prendesse seria culpado. Por extensão, o raciocínio que se seguiria seria o de que, sendo quem prendeu o rei o mesmo grupo de pessoas que levou adiante a Revolução, então o próprio movimento revolucionário seria culpado e tudo o que fora conseguido seria também questionado.



Reunião de um comitê revolucionário na fase do Terror. Naquela época, a mínima denúncia anônima era suficiente para prender qualquer pessoa.



Em meio aos debates, o próprio rei forneceu provas que contribuíram para que a decisão fosse tomada: foi encontrado um compartimento, no palácio das Tulherias, cheio de documentos que expunham uma aproximação do rei com os **contrarrevolucionários**. Os documentos foram utilizados para garantir que ele fosse levado diante da Convenção, cujo tribunal, finalmente, estabeleceu a sua punição: morte na guilhotina.

A morte do rei pode ser identificada como ponto de partida para violências cada vez maiores. A invenção de Guillotin foi muito útil nesse momento em que as execuções foram realizadas, no dizer popular, “a torto e a direito”. Um temor descomunal da reação conservadora, da vingança que seria realizada contra os revolucionários regicidas, assassinos do rei, foi o combustível para um verdadeiro mata-mata de acusados/as de serem inimigos/as da Revolução.



*Queda de Robespierre na Convenção Nacional*, de Max Adamo, século XIX. Depois de mandar muitas pessoas para a guilhotina, inclusive amigos, Robespierre (sentado) foi condenado, numa sessão tumultuada da Convenção Nacional, e executado em 1794.

Ao mesmo tempo que o Terror se alastrava pela França, reinos se organizaram em coligações com o objetivo de acabar com a Revolução, e, além disso, no território colonizado de São Domingos, escravizados/as também iniciaram um movimento de libertação contra a opressão francesa. Mataram centenas de representantes da França que administravam a ilha e levaram adiante uma guerra longa e excruciante. O futuro livre que a Revolução Francesa defendia também foi vislumbrado e desejado pelos hoje chamados de haitianos e haitianas. Era a curva do futuro a que muitos queriam chegar.

É fundamental aqui pensar no que se buscava alcançar e no que estava sob ameaça de perder. O diálogo entre o antes da Revolução e o que aconteceu durante o período revolucionário pode revelar as contradições tanto de um momento quanto da própria



existência humana. O que motivou o processo revolucionário foi a possibilidade de transformação da vida daquelas pessoas, ou seja, a conscientização de que não se estava vivendo tudo o que se poderia viver.

A carnificina que a França vivenciou durante a fase do Terror expõe uma das repercussões do encontro entre a política e o medo. O medo, nesse caso, era de retroceder para a situação de antes da Revolução ou mais. O ponto é que, a partir dessa justificativa, muitas mortes aconteceram, e não temos como mensurar quem foi morto por ser contra a Revolução ou por razões cotidianas, como brigas entre vizinhos.

O medo gerou o descontrole, e a maneira encontrada para se proteger foi a violência preventiva. Atacando violentamente antes, esperava-se extinguir os inimigos e garantir o avanço da Revolução. Entretanto, essa violência preventiva se voltou contra seus próprios agentes. Acusado de **contrarrevolucionário** e tirano, Robespierre, um dos grandes líderes radicais, também foi executado a partir de uma conspiração que objetivava culpá-lo por todas as execuções.

O governo da Convenção é dissolvido e, em seu lugar, é organizado o Diretório, liderado pela burguesia mais conservadora, ou a fração burguesa que acreditava que havia passado da hora de estabelecer a normalidade institucional, ou seja, já se havia conseguido o que queria: o fim das restrições comerciais e dos entraves para a participação política, antes restrita à nobreza. Foi o início da reação chamada termidoriana, que terminaria com a Revolução convocando Napoleão Bonaparte para estabilizar a França pondo fim à guerra civil.

## Por que foi tão revolucionária?

Que a Revolução Francesa é um marco, não precisa repetir. O que vamos fazer agora é pensar nas razões de o que foi feito ser tratado como divisor de águas da história do mundo ocidental. Podemos enumerar vários momentos na aventura humana em que algo foi feito de maneira tão impactante que alterou radicalmente o entendimento do mundo ao redor e mesmo das pessoas em relação a elas mesmas.

O caso da França é um desses. Ainda que não tenha sido único, pois as revoluções inglesas e a Revolução Americana (independência das treze colônias inglesas) também alteraram estruturas sociais e políticas em seus territórios, o caso francês é muito mais impactante porque compreendeu o nascimento e a consolidação dos direitos “naturais”. Vamos entender o que vieram a ser esses direitos naturais.

**Direitos** são garantias jurídicas que têm relação com diversos aspectos da vida humana em sociedade, mas essa perspectiva não existiu sempre desse jeito. Houve momentos na história em que a vida social foi regida pelo direito positivo (ou his-



tórico), que se caracterizava pelo entendimento de que leis e regras a serem seguidas são cruciais para a manutenção da comunidade. O Estado seria o responsável por garantir que as normas fossem cumpridas pelo contrato estabelecido com os governados.

A perspectiva religiosa também fundamentava a regra do direito positivo, tornando a autoridade do governante fruto da vontade de divindades ou apoiada na fala de supostos representantes da divindade na terra, os religiosos. A junção da **ideia** de contrato com o poder sobrenatural fazia com que contestações à ordem fossem abordadas como contestações ao poder divino. Dessa maneira, evitava-se a rebelião e ainda estigmatizava como hereges quem protestasse.

Como tudo que acontece na história, o direito natural não foi criado no século XVIII, mas foi gestado durante o século XVII, acompanhando o contexto de valorização da razão como ponto de partida para ações humanas e agente de conhecimento sobre o mundo. A grande diferença é que, a partir do século XVIII, ocorreu um processo de conscientização do papel do indivíduo na história.

E vai além do papel do indivíduo, são os grupos sociais que se conscientizam do que fazem e do que podem fazer. Destaque para a burguesia, que ascendia vertiginosamente, mas não era aceita como grupo social, logo não lhe era permitida a participação nos processos de tomada de decisão e, muitas vezes, era privada de participar de ocasiões sociais mais simples, como bailes e afins.

A burguesia se conscientizava do papel que ela estava exercendo nas transformações sociais, culturais e, principalmente, econômicas. Faltava ocupar lugar nas instâncias de tomada de decisão, ou seja, faltava exercer poder. Considerando o exercício do poder como a capacidade de influenciar na tomada de decisões, a burguesia ainda não exercia poder institucional, ou seja, não tinha representatividade na política das grandes decisões, das que influenciam a vida de outras pessoas e fazem a diferença nas próprias.

Essa situação de desigualdade no que diz respeito ao exercício do poder foi combatida pela burguesia utilizando o argumento de que todos os seres humanos nascem iguais. O que se tem é a universalização dessa ideia para quebrar a ordem vigente de desigualdade e, assim, possibilitar a alteração da ordem das coisas. Essa declaração é de uma universalidade irresistível e sedutora, pois estabelece que a vida social terá paz e harmonia a partir do estabelecimento efetivo desse direito.

O ponto é que alterar a ordem das coisas, mudar o que está vigente há tempos, não é algo que se consegue sem resistência de quem, por gerações, usufruía da situação que se quer mudar. A convocação dos Estados-Gerais, na prática, só reafirmou o lugar da burguesia na sociedade de estados francesa. Não havia possibilidade de transformação do que estava consolidado, e o fim dos privilégios não tinha uma remota chance de acontecer.



Assim que começou o amotinamento do Terceiro Estado, era a mudança da ordem que se tinha como objetivo. A busca pela igualdade perante o Estado, no que diz respeito aos direitos políticos, jurídicos e econômicos, estava assentada na **ideia** da igualdade natural dos seres humanos. Seria algo do tipo: se nascemos iguais, por que não temos os mesmos direitos que os outros? Por que temos apenas de aceitar e cumprir o que o Estado estabelece? E o que damos ao Estado nos é dado em retorno de que maneira?

Assim podemos perceber o potencial explosivo daquela conscientização. Qual a reciprocidade que se tem de um Estado que privilegia alguns e de maneira tão desigual, uma vez que sobre um estado recaem obrigações e, sobre outros, nenhuma? E a partir dessas reflexões foi sendo construído o esteio que apoiaria a **Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão**.



*O juramento do Jogo da Péla, de Jacques-Louis David, século XVIII. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi convocada para acabar com os direitos feudais.*

Vários momentos na história da humanidade têm documentos fundantes, ou seja, documentos que representam os anseios dos que os produziram. A independência das treze colônias inglesas tem a Declaração de Independência, que fundamentou a organização dos Estados Unidos da América do Norte e serviu de exemplo para as outras repúblicas que se formaram no continente americano.

A Revolução Francesa produziu um documento ainda mais abrangente e diverso do que a Declaração de Independência. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão foi pensada como um modelo pela sua forma universal, abrangente, objetivando toda e qualquer pessoa no mundo, sem distinção de país ou grupo étnico.

Aqui podemos ter noção do porquê de ter sido mais revolucionária que a America-



na: não se restringia às fronteiras francesas, mas mirava ser um exemplo para o mundo. Em seu primeiro artigo, estabelece que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”. Eis o direito natural, aquele que se tem garantido no momento em que se nasce e que é imprescritível. Direito à liberdade, à propriedade, à segurança e a resistir a opressões.

A Declaração tornou lei, e natural ao indivíduo no momento de seu nascimento, a condição de cidadania, ou seja, todo mundo era considerado cidadão desde o momento em que nascesse e com direitos garantidos e inalienáveis. Não seria, portanto, permitido sob qualquer condição o impedimento de seu usufruto por governante algum, sob pena de rebelião, sendo esta um direito quando a ordem instituída se mostrar opressora.

Mas não foram estabelecidos apenas direitos. Limitações a eles também foram elaboradas. Só se é livre na medida em que o que se faz não afeta a vida de outras pessoas. Diz respeito também às limitações ao que se expressa em relação às leis, ou seja, ser livre para expressar o que se pensa contanto que não entre em conflito com a lei, com o que foi estabelecido para regular a vida em sociedade.

Outro aspecto sobre a Declaração que faz dela universal e mais abrangente é definir como finalidade do Estado garantir o usufruto desses direitos. Perceba que o Estado passa a ter um propósito para a sua própria existência e não deve ser mais uma instituição que existe por si mesma. Se a finalidade do Estado é garantir o usufruto dos direitos, quando este não garantir, a rebelião é legítima. O direito de se rebelar passou a fazer parte da vida social como legítimo e coerente com a nova ordem, nascida de uma rebelião maior a ponto de ser revolução, de transformar as estruturas da sociedade.

## Contradições

As ações humanas no tempo são contraditórias. Estudar História é ter isso em mente para que possamos evitar anacronismos e julgamentos de valor equivocados e que nos impedirão de captar ao máximo as informações e os conhecimentos sobre outros tempos e espaços, outras formas de pensar, sentir e agir.

O processo revolucionário francês não está isento de contradições, e muitas delas identificamos ao longo do processo e mais especificamente a partir da fase do Terror. Como vimos, a sociedade francesa era estratificada em estados (estamentos) com pouquíssima mobilidade social, sendo esta buscada em sua ampliação para garantir participação política e direitos para a burguesia e fim dos privilégios tributários e políticos para o clero e a nobreza, historicamente privilegiados.

É fundamental ter em mente que, mesmo sendo parte do Terceiro Estado, a própria burguesia não era homogênea, pois existiam grupos burgueses com maior riqueza



e mais prestígio, além de exercerem poder com mais abrangência que outros. Essa desigualdade aparecerá com mais intensidade na fase da Convenção e do Diretório, a partir da criação de entraves para a participação política que afetavam os próprios burgueses. Seria algo como afirmar que existem “alguns burgueses mais burgueses que outros”. Essa desigualdade, inicialmente baseada na renda para poder disputar e participar de eleições, levou a violências extremas e execuções em massa.

Essa mesma separação aconteceu no que diz respeito ao final do processo revolucionário, com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao comando da França com a missão de pacificar o Estado, praticamente destruído com a guerra civil que durava alguns anos. O povo — quem não era profissional liberal, quem não era burguês — foi impedido de participar de maneira mais ativa da tomada de decisões, configurando mais um tratamento desigual e o que era intensamente contraditório: afastava o povo, que teve papel fundamental no enfrentamento dos exércitos estrangeiros inimigos.

A que se deve essa contradição? Uma chave de leitura válida é a da ideologia. Considerando ideologia como um mascaramento da realidade que impede a percepção das desigualdades porque estas são naturalizadas, podemos pensar que o que a burguesia fez foi estender a visão de mundo dela para todos os grupos sociais que compunham o Terceiro Estado, fazendo-os acreditarem que o que era bom para burgueses e burguesas era bom para eles.

Este é um exemplo de exercício de poder: os setores da burguesia mais interessados e diretamente afetados pela mudança na forma de administrar o Estado influenciaram os outros setores a tomarem parte no processo revolucionário, o que foi bom para eles também. O ponto é que, após conseguirem o que desejavam, elaboraram formas de impedir uma maior participação política de quem os auxiliou.

Não foi uma proibição explícita, foi uma criação de pré-requisitos que impediriam a participação por não terem o necessário para participar. É fundamental compreender a sutileza da ideologia, que não é percebida como tal, como mascaramento da realidade, mas naturalizada, como se sempre tivesse existido daquela forma ou de maneira a levar os indivíduos a pensarem que a responsabilidade por não poder interferir é deles, e não das condições que foram expostas anteriormente.

Entretanto, não podemos pensar que as ideologias são ruins. Nem seriam boas ou ruins, dependeria da chave de leitura que se aplica, ou seja, depende diretamente da forma com que se analisa e também do lado em que se está: de quem aplica a ideologia ou de quem é enquadrado nela e por ela ou sofre as repercussões de sua aplicação. Entender como agem as ideologias nos ajuda a perceber de maneira mais rica uma situação complexa e marcada por contradições, como foi a Revolução Francesa.

Assim podemos também identificar outros aspectos da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que representam tanto as contradições como as ideologias presentes no processo revolucionário. Mais uma vez, é importante lembrar que es-



sas problematizações não mudam o acontecimento histórico, a Revolução. Apenas adicionam outras perspectivas.

Não há no texto da Declaração menção às mulheres, e aqui nós temos aspectos muito instigantes para desenvolver o raciocínio histórico identificando mudanças e permanências, semelhanças e diferenças. Ao tratarmos da situação das mulheres na França daquele momento, identificamos, no silêncio que a Declaração traz, informações preciosas sobre a ordem social e política que se tinha e a que se queria construir.

As mulheres, antes da Revolução, não eram consideradas sujeitos autônomos ou mesmo de direitos. Eram vistas como um “suporte masculino” e, quando o processo revolucionário começou, muitas aproveitaram o momento para reivindicar igualdade de condições, igualdade de direitos políticos. A constituição que foi elaborada não reconheceu autonomia para as mulheres, mas garantiu, no âmbito da lei, que seus filhos e filhas tivessem direito a igualdade de herança, casar-se sem autorização dos pais ao atingirem 21 anos — a maioridade definida no texto constitucional. O divórcio, juntamente com o casamento civil, foi outra definição presente na carta magna de 1791.

Mesmo restritas em suas possibilidades de ação, as mulheres tiveram papel fundamental no processo revolucionário, comunicando decisões da **Assembleia** até serem proibidas pela Convenção de adentrar o recinto dos debates; distribuíam panfletos, faziam petições, buscando serem ouvidas e dando provas das contradições de uma revolução que se declarava universal, mas cuja universalidade era masculina. Destaque para Olympe de Gouges, que escreveu a **Declaração dos Direitos da Cidadã** e que trazia em seu sexto artigo:

Todas as cidadãs e todos os cidadãos, sendo iguais aos seus [da lei] olhos, devem igualmente admissíveis a todas as dignidades, cargos e empregos públicos, segundo sua capacidade e nenhuma outra distinção que não seja a de sua virtude e seus talentos.

Esse trecho, admiravelmente contemporâneo à nossa sociedade, foi escrito no século XVIII e demonstra que ainda há muito a se desvendar sobre o que não foi contado ou registrado sobre as condições das mulheres e o que se diz a respeito de tais condições.

## E o legado?

A Revolução Francesa transformou o mundo. Mais do que a França, ela desestabilizou certezas seculares, certezas que pareciam eternas. Essas certezas que foram destruídas partiam das práticas políticas até a visão de mundo da própria sociedade francesa. Limitar o legado da Revolução ao fim do Antigo



Regime, ou seja, ao mundo político, é reduzir um acontecimento multifacetado e contraditório a apenas uma das esferas que ele alterou.

Pense no que motivou a Revolução para além da reivindicação imediata. O que, no século XVIII, foi aplicado à política foi a **ideia** de felicidade que não tinha a ver com as questões individuais, mas, sim, com a coletividade. Para atingir essa felicidade coletiva, a política era o caminho possível a partir do que a Revolução Industrial proporcionou em termos materiais e que permitiu uma vida material com maiores possibilidades de conforto.

Não estamos tratando do que foi estabelecido na prática, uma vez que a prática é o caminho das contradições, do que não conseguimos compreender em sua totalidade. Pense no projeto de felicidade, naquilo que é possível de ser atingido. Não se trata do que se conseguiu, trata-se do que se pode conseguir. A produção industrial ampliou as possibilidades de conforto da humanidade, já a Revolução Francesa e a Norte-americana, com destaque para a Francesa, criaram a possibilidade política da felicidade através da garantia de direitos.

De uma sociedade caracterizada pela estratificação em estados, em que os indivíduos estavam praticamente presos ao grupo em que nasceram e a mobilidade social era praticamente impossível, abriu-se caminho para uma sociedade mais igualitária, mais justa ou menos injusta, pelo menos no que diz respeito à igualdade diante da lei.

Essa igualdade teve suas contradições e ainda as tem, mas foi um importante marco divisor no que diz respeito às relações entre as pessoas. A suserania e a vassalagem, juntamente com as obrigações feudais, foram extintas, e a nobreza francesa desapareceu durante um tempo, retornando posteriormente, no entanto, sem os mesmos privilégios nem a mesma posição social de antes.

Juridicamente, temos uma das contradições mais formidáveis sobre a qual podemos pensar: a guilhotina e seu uso desenfreado durante a fase do Terror abriram caminho para a abolição da humilhação pública e da morte lenta e dolorosa através dos suplícios em praça pública. Ao mesmo tempo, foi realizado um debate intenso que proporcionou a revisão das penas, abrandando a maior parte delas, que foram registradas no primeiro **Código Penal do Estado Francês**, em 1791.

O que sofreu a população durante a Revolução encontrou eco, repercutiu para além das fronteiras físicas, atingindo outros reinos e levando os ares da mudança para outros continentes. Também ultrapassou os limites do tempo, uma vez que os ideais revolucionários foram invocados em outros movimentos contestatórios, em outras revoluções, como a de 1830, a de 1848 e a Comuna de Paris, de 1870.

Mas estas já são outras histórias para além das curvas do futuro que nossa vista tenta alcançar.



# Reflexão

1 (Ufba)

## Texto I

### Trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos

“São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade; que, para assegurar esses direitos, constituíram-se entre os homens governos, cujos poderes justos emanam do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir esses fins, assiste ao povo o direito de mudá-la ou aboli-la, instituindo um novo governo, cujos princípios básicos e organização de poderes obedecem às normas que lhes pareçam mais próprias para promover a segurança e a felicidade gerais.”

(AQUINO, 2005, p. 203)

## Texto II

### Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

No dia 26 de agosto de 1789, a **Assembleia** Nacional Constituinte proclamou a célebre Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tendo como base o ideário burguês do Iluminismo. Entre os principais pontos defendidos por esse documento, destacam-se:

- o respeito, pelo Estado, à dignidade da pessoa humana;
- a liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei;
- o direito à propriedade individual;
- o direito de resistência à opressão política;
- a liberdade de pensamento e de opinião.

De maneira solene, a Declaração tornava explícitos os pressupostos filosóficos sobre os quais deveria ser construída a nova sociedade liberal burguesa.

(COTRIM, 1994, p. 290)



Com base nas declarações que compõem os textos I e II, cite duas características comuns que marcaram o momento histórico no qual foram produzidas essas duas declarações.

---

---

---

---

2 (UFPR) Considere os seguintes excertos produzidos no contexto da Revolução Francesa (1789-1799):

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (26 de agosto de 1789)	Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (setembro de 1791)*
<b>Art. 1º.</b> Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.	<b>Art. 1º.</b> A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.
<b>Art. 2º.</b> A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.	<b>Art. 2º.</b> O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.
<b>Art. 13.</b> Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, é indispensável uma contribuição comum, que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.	<b>Art. 13.</b> Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria.

\* Essa declaração, escrita e proposta pela francesa Olympe de Gouges, não foi aprovada pela Assembleia Nacional; Olympe foi guilhotinada por ordem de Robespierre em 1793.



Compare as duas declarações e assinale a alternativa que identifica a principal diferença entre o texto de 1789 e o de 1791.

- a. O texto de 1791 estabelece direitos e obrigações detalhados e separados para homens e mulheres na política e nos negócios, conforme o projeto burguês de sociedade, enquanto o texto de 1789 defende um ideal universalista, sem distinção social.
- b. O texto de 1789 defende direitos universais, sem explicitar a questão de gênero, enquanto o texto de 1791 defende a igualdade de direitos entre os gêneros, reivindicando a atuação feminina em assuntos considerados masculinos, como a política e os negócios.
- c. O texto de 1791 defende a luta contra a opressão das mulheres após séculos de dominação monárquica na França, enquanto o texto de 1789 é contra a opressão masculina causada pela predominância do clero e da nobreza sobre o Terceiro Estado.
- d. O texto de 1789 utiliza o termo **homem** para designar a todo o conjunto de cidadãos, sem distinção de classe e origem, enquanto o texto de 1791 substitui **homem** por **mulher**, a fim de reivindicar direitos exclusivos para as cidadãs da classe burguesa.
- e. O texto de 1789 defende que nenhum direito é válido se não incluir todos os cidadãos, enquanto o texto de 1791 contradiz esse princípio ao privilegiar as mulheres, que reivindicavam maior espaço na sociedade após a morte da Rainha Maria Antonieta.

**3** (Enem) Em nosso país, queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinhez dos grandes pela grandeza do homem.

HUNT, L. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, M. (Org.) *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (adaptado).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- a. À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.



- b. Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- c. A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- d. À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato, com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
- e. Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

4 (Enem) Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra “restaurante”. Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765 surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e malcuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus padrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o Dicionário da Academia Francesa oficializou a utilização da palavra *restaurant* com o sentido atual.

A mudança do significado da palavra **restaurant** ilustra:

- a. a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
- b. a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
- c. a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.
- d. a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.
- e. a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

5 (Enem) Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afir-



mavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

COSTA, Emília Viotti da. Apresentação da coleção. In: POMAR, Wladimir. *Revolução Chinesa*. São Paulo: Unesp, 2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, acerca da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção **correta**.

- a. A Independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- b. O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- c. Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- d. Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.
- e. Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.



# O fim e o recomeço

[...]

Na curva do futuro, muito carro capotou.

Talvez por causa disso é que a estrada ali parou.

Porém, atrás da curva

perigosa, eu sei que existe

alguma coisa nova,

mais vibrante e menos triste

[...]

*A verdade sobre a nostalgia – Raul Seixas*

Esse trecho da canção do cantor e compositor brasileiro Raul Seixas cabe tal qual uma luva nos assuntos de que tratamos aqui: utopias e revoluções. Abordamos utopias enquanto campo das possibilidades e revoluções como aberturas para o futuro. Há uma relação profunda entre as duas, que se suplementam porque se impulsionam mutuamente, criando o novo, o inédito.

Senhora de todas as possibilidades, a utopia é a potencialidade da ação, é aquilo que é projetado para além do que a vista alcança, e tudo que hoje existe foi, em algum momento, utópico. Casas confortáveis, agasalhos contra o frio, comida suficiente são exemplos de utopias que hoje podem parecer absurdas. E são para nós, porque muitas pessoas não têm onde se abrigar do sol escaldante ou do frio paralisante e morrem de doenças contra as quais já desenvolvemos cura. Morrer de fome em um mundo de fartura talvez seja a maior de todas as contradições que encaramos.

Podemos entender revolução como a utopia que deixou de ser potencialidade e tornou-se ato. A produção de agasalhos, a fabricação de alimentos, a invenção de medicamentos são a materialização do que foi possibilidade. O direito de ir, vir e ficar onde se quer, a liberdade para pensar, escrever e expressar sentimentos e desejos foram possíveis a partir da ação revolucionária que foi, antes, alimentada pelo desejo diante de uma situação que pouco permitia.

O carro da revolução cheio do combustível da utopia acelerou por demais e, sem controle nem freio, na curva do futuro que ele mesmo criara, capotou. Ainda temos famintos morrendo, silenciados vozes dissonantes em nome da liberdade e matamos em nome da vida. As revoluções Industrial e Francesa criaram um mundo completamente novo do ponto de partida delas, a economia e a política, mas que não se limitou a essas esferas, ou não seriam revoluções.



As contradições fazem parte do que fazemos, são o que somos, seres contraditórios, e contraditória é nossa vida. Os projetos das revoluções de que tratamos aqui não se realizaram da maneira que foram pensados ou mesmo reivindicados, mas é aqui que as utopias se mostram em tudo que nos fascina: depois do capotamento, voltamos para a estrada na direção da curva perigosa que pode nos levar ao melhor de nós, que sempre será maior do que nossas contradições e dos equívocos nos quais se baseiam. As utopias sempre nos levarão rumo a algo mais vibrante e menos triste.

E você, já se despertou para o futuro?

## Referências



ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática, Editora UNB, 1963.

CLAEYS, Gregory. *Utopia: a história de uma ideia*. São Paulo: edições Sesc, 2013.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A aventura socialista no século XX*. São Paulo: Atual, 1999.

